



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ELIZANE SOUZA DA CONCEIÇÃO

**DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE: Análise na Escola Municipal
São Francisco das Chagas em Itaituba-Pará.**

ITAITUBA – PARÁ

2019

ELIZANE SOUZA DA CONCEIÇÃO

**DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE: Análise na Escola Municipal
São Francisco das Chagas em Itaituba-Pará.**

Monografia de Graduação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia apresentada à Faculdade de Itaituba para obtenção do título de Licenciada Pleno em Pedagogia.

Orientador: Prof. Esp. Dhemesbraene Soares da Silva.

ITAITUBA – PARÁ

2019

ELIZANE SOUZA DA CONCEIÇÃO

**DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE: Análise na Escola Municipal
São Francisco das Chagas em Itaituba-Pará.**

Monografia de Graduação do Curso de
Licenciatura Plena em Pedagogia apresentada à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciada Pleno em Pedagogia.

Orientador: Prof. Esp. Dhemesbraene Soares da
Silva.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____ Nota: _____

Profº Esp. Dhemesbraene Soares da Silva.

Avaliadora: _____ Nota: _____

Profª Ma. Elina Renilde de Oliveira Ribeiro.

Avaliador: _____ Nota: _____

Profº Dr. Francisco Claudio de Sousa Silva

Resultado: _____ Média: _____

Itaituba-PA, ____ de janeiro de 2019

Dedico com muita satisfação e alegria a minha saudosa mãe que ainda em vida me incentivou a não desistir e a todos os familiares essa conquista e muitos outros que ainda há de vim, e a todos meus colegas de turma que me incentivaram quando pensei em desistir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por fortalecer-me nos momentos mais difíceis deste trabalho. Aos professores da Faculdade de Itaituba que contribuiu com seus conhecimentos para a realização dessa conquista.

Ao meu orientador Dhemesbraene Soares da Silva, pela paciência, disposição e apoio e pelo suporte acessível aos materiais necessário para a efetivação deste trabalho.

A equipe administrativa da Escola São Francisco das Chagas que colaboram com as mediações de informações.

Aos colegas acadêmicos, onde sentirei muitas saudades.

A professora Valdenize Menezes e Rafael Menezes que me dedicaram o seu tempo e apoio, estiveram comigo e de alguma forma contribuíram para a concretização desta etapa da minha vida, Deus abençoe a todos que estiveram comigo direto e indiretamente.

Muito obrigada!!!

“O saber é um voo sem limites, pois só ver mais longe quem voa mais alto. Mas o segredo não é pousar sobre o pico mais elevado, e sim saber olhar o mundo que está em nossa volta”.

(Ednaldo Rodrigues)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar os desafios que estão inseridos no cotidiano da prática docente, em especial na Escola São Francisco das Chagas, do município de Itaituba-Pará. Este estudo está alicerçado em pesquisa bibliográfica e nos dados obtidos a partir do trabalho de campo, realizado através de entrevistas com uma amostra de 12 professores que atuam nas séries do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental na Escola São Francisco das Chagas e foram considerados como variáveis o tempo de formação, o tempo de atuação na docência, desafios enfrentados e metas a serem alcançadas. A análise dos dados viabilizou a definição dos principais desafios com que se deparam os docentes no exercício de sua prática pedagógica. Segundo a maioria dos entrevistados os maiores desafios para atuar nas séries do primeiro ao quinto ano são a falta de material pedagógica, a má estruturação física das escolas, a baixa participação das famílias na educação dos alunos e dificuldade de aliar a teoria à prática pedagógica. Segundo os docentes é necessário que a gestão municipal de fato ofereça melhores condições de ensino e aprendizagem uma vez que o público alvo do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental necessita de recursos áudio – visuais que concretizem os conteúdos ensinados. Também é fato de entendimento comum, que é necessário que as ideias do plano político pedagógico de fato sejam colocadas em prática. Assim como se faz necessário que a educação de qualidade ocorra de fato e de direito nas escolas públicas do município de Itaituba.

Palavras-Chave: Educação, Desafios, Docentes, Formação e Atuação.

ABSTRACT

This work of course completion aims to analyze the challenges that are inserted in the daily practice of teaching, especially in the São Francisco das Chagas School, in the municipality of Itaituba-Pará. This study is based on bibliographical research and the data obtained from the field work, conducted through interviews with a sample of 12 teachers who work in the series from the first to fifth year of elementary school at the São Francisco das Chagas School and were considered as variables training time, teaching time, challenges faced and goals to be achieved. The analysis of the data enabled the definition of the main challenges faced by teachers in the exercise of their pedagogical practice. According to the majority of the interviewees, the greatest challenges in the first to fifth grades are the lack of pedagogical material, the poor physical structure of schools, the low participation of families in the education of students and the difficulty of combining theory with pedagogical practice. According to the teachers it is necessary that the municipal administration does indeed offer better conditions of teaching and learning since the target audience from the first to fifth year of elementary school needs audio - visual resources that materialize the contents taught. It is also a fact of common understanding that it is necessary that the ideas of the political pedagogical plan are actually put into practice. Just as it is necessary that the quality education takes place in fact and of right in the public schools of the municipality of Itaituba.

Keywords: Education, Challenges, Teachers, Training and Performance.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01:	A expansão dos colégios nos séculos XVII e XVIII.....	16
QUADRO 02:	Evolução da educação brasileira.....	26
QUADRO 03:	Instâncias Norteadoras da Educação.....	39
QUADRO 04:	Quais os desafios e as dificuldades encontradas na execução e cumprimento de suas metas.....	56
QUADRO 05:	Porque você escolheu trabalhar na educação.....	57
QUADRO 06:	Em seu trabalho atual como você classifica suas condições de trabalho; renumeração e recursos materiais disponibilizados pela escola.....	58
QUADRO 07:	Os desafios precisam ser superados para melhorar a educação.....	59

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01:	Formação acadêmica.....	53
GRÁFICO 02:	Profissionais com cursos de formação continuada.....	54
GRÁFICO 03:	Tempo de experiência profissional na docência.....	55
GRÁFICO 04:	Nível de satisfação com a formação em pedagogia.....	55
GRÁFICO 05:	Avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento dos alunos	63
GRÁFICO 06:	Os pais e responsáveis são presentes na vida escolar dos seus filhos.....	64

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 ABORDAGEM TEÓRICA DA DOCÊNCIA BRASILEIRA.....	15
1.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	15
1.2 A EDUCAÇÃO À LUZ DAS CONSTITUIÇÕES.....	23
1.3 PRÁTICAS DOCENTES.....	27
2 FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOS PROFESSORES PÓS LDB/1996.....	32
2.1 FORMAÇÃO DOCENTE.....	32
2.2 ESCOLA E APRENDIZAGEM.....	40
2.3 ATRIBUIÇÕES E DESAFIOS DOCENTES.....	44
3 DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE: ANÁLISE NA ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DAS CHAGAS EM ITAITUBA-PARÁ.....	52
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	52
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DA PESQUISA.....	52
3.3 RESULTADOS DA PESQUISA.....	53
3.4 PROPOSTAS.....	62
CONCLUSÃO.....	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64
APÊNDICES.....	68

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar os desafios que estão inseridos no cotidiano da prática docente, em especial na Escola São Francisco das Chagas, do município de Itaituba-Pará.

Compreende-se que o papel do docente é muito relevante para a construção da cidadania. A sociedade precisa de cidadãos atuantes e envolvidos para a construção de uma sociedade mais justa. A educação exige um profissional dinâmico, criativo e flexível, pois os desafios que se colocam para o educador, na atualidade, parecem se multiplicar dia após dia. As mudanças que ocorrem em nossa sociedade são caracterizadas tanto pela sua expansão como pelo ritmo acelerado em que ocorrem. Mal acabamos de alcançar um desafio, já nos deparamos com outros.

O docente tem o papel de cultivar valores identificados com o exercício da cidadania. Os pensadores que analisam a educação incentivam o professor a atuar de forma a valorizar a construção do conhecimento e da cidadania. No nosso país a educação foi por séculos privilégio de uma minoria, mudar a prática pedagógica exige mudanças de concepções arraigadas. São constantes as notícias insatisfatórias das escolas públicas, e isso reflete no alto índice de reprovação de alunos, alto índice de evasão escolar, dentre tantos outros aspectos negativos.

Há diversos fatores que desafiam o docente na sua formação e na sua atuação. As mudanças sociais exigem que o profissional saiba lidar com novas demandas. O professor da escola pública precisa atuar para transformar. Por isso, este trabalho busca analisar as condições de trabalho que o município oferece aos profissionais da educação que atuam na escola municipal São Francisco das Chagas. A relevância desse estudo se justifica na importância de analisar como os profissionais da educação exercem seu papel e que condições lhes são disponibilizadas para que eles obtenham êxito.

Comprova-se diariamente que exercer a docência exige múltiplas habilidades do profissional que se compromete a contribuir com a formação de cidadãos conscientes. Cada vez mais os profissionais da educação da rede pública se deparam com problemas advindos da sociedade moderna em que estamos inseridos. O município de Itaituba não está isento dos problemas que atingem os demais municípios brasileiros. Algumas escolas não disponibilizam as condições

necessárias de trabalho e aprendizagem. O sucesso do processo de ensino aprendizagem depende de vários fatores que perpassam pelas condições físicas da escola, pelo comprometimento da família e a disponibilidade do professor em superar os desafios da profissão, dentre outros aspectos.

Os profissionais da educação que atuam nas séries do 1º ao 5º ano do ensino fundamental tem a responsabilidade de complementar a introdução do aluno ao mundo da leitura e da escrita, despertar o senso crítico, trabalhar os diversos aspectos da cidadania. As atribuições do professor são muitas. Cabe ao professor manter-se atualizado, investir em capacitação contínua e está apto a atender às exigências que surgem com as inovações constantes.

Os profissionais que exercem a docência na escola São Francisco das Chagas, no município de Itaituba, tem se deparado com os inúmeros desafios característicos da nossa atualidade, assim se faz necessário refletir sobre as condições de trabalho que a rede municipal de ensino disponibiliza aos docentes lotados nas séries em questão.

Com o intuito de fundamentar o estudo foram abordados os seguintes questionamentos: Como os docentes do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental da escola São Francisco das Chagas avaliam as condições de trabalho que o município lhes disponibiliza? Como os docentes exercem suas atividades profissionais com as condições de trabalho que o município lhe disponibiliza? Como o exercício da docência desses profissionais da educação se reflete na formação da sociedade do município de Itaituba?

Este trabalho de conclusão de curso investiga quais os desafios os docentes da escola enfrentam no seu cotidiano escolar e a análise desses dados fornece subsídios para uma análise da qualidade do ensino público da Escola São Francisco das Chagas e nas escolas públicas municipais como um todo, pois existe uma mobilidade de trabalho na classe docente. Os profissionais por vezes atuam em mais de uma escola e também é comum os professores mudarem de escola no decorrer de sua carreira docente.

Para entender os desafios enfrentados pelos docentes no exercício de sua profissão, foi montado em breve histórico da docência, as atribuições docentes e os desafios da docência. Para fundamentar este estudo científico foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema e como subsídios a pesquisa bibliográfica foi fundamentada em autores como Libâneo (2007), Jolibert (2007), Vicentine (2009)

e Toschi (2007), dentre outros, assim como as legislações brasileiras. Foram realizadas entrevistas com 12 profissionais do primeiro ao quinto ano da Escola São Francisco das Chagas que atuam na educação do município de Itaituba.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo faz um breve histórico da docência enfatizando as lutas e avanços da educação, trata também das atribuições dos docentes e os desafios enfrentados por estes profissionais. O segundo capítulo faz uma análise da formação e atuação dos docentes, enfatizando o confronto entre a teoria e a prática e faz uma análise do papel da escola na aprendizagem. O terceiro capítulo demonstra os resultados obtidos da pesquisa na Escola São Francisco das Chagas com os professores do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental.

1 ABORDAGEM TEÓRICA DA DOCÊNCIA BRASILEIRA.

1.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação brasileira teve início com propósitos pré-definidos pela igreja católica e pela Coroa Portuguesa, que com a educação almejava alcançar a catequização e dominação dos indígenas. Antes da chegada dos portugueses os indígenas aprendiam a sua cultura. Ocorria a transmissão dos conhecimentos, dos costumes, dos ritos religiosos, enfim os mais velhos repassavam aos mais novos o que por sua vez haviam aprendido com seus antepassados. Com a chegada dos jesuítas no século XVI os indígenas passaram a aprender a cultura e a religião europeia. O início da educação brasileira é tratado por Aranha:

Quando o primeiro governador-geral, Tomé de Sousa, chegou ao Brasil em 1549, veio acompanhado por diversos jesuítas encabeçados por Manuel da Nóbrega. Apenas quinze dias depois, os missionários já faziam funcionar, na recém-fundada cidade de Salvador, uma escola “de ler e escrever”. Era o início do processo de criação de escolas elementares, secundárias, seminários e missões, espalhados pelo Brasil até o ano de 1759, ocasião em que os jesuítas foram expulsos pelo marques de Pombal. (ARANHA, 2006:140)

De acordo com autora, durante 210 anos, a Companhia de Jesus promoveu intensamente a catequese dos índios, a educação dos filhos dos colonos, a formação de novos sacerdotes, assim como a formação da elite intelectual. Com isso os jesuítas mantinham controle da fé e da moral dos habitantes do Brasil.

A educação tinha o objetivo claro de catequizar os indígenas para a igreja católica e moldar os indígenas para contribuir com a colonização do Brasil, transformando os indígenas em mão-de-obra local. Os jesuítas ministravam aulas, atuaram como apaziguadores das revoltas indígenas e abriram colégios para os filhos dos colonos.

Os jesuítas ministravam aulas em aldeamentos de adultos e nos recolhimentos de crianças indígenas. As missões organizavam-se com características institucionais, esses trabalhos estruturaram-se por iniciativa do Padre Manoel da Nóbrega sob o consentimento da Coroa Portuguesa. A proposta educativa incluía aulas de português, de matemática, de música, aulas de catecismo e aulas da doutrina cristã.

Os colégios para os filhos de colonos foram criados nas principais vilas da colônia. Os jesuítas ministravam aulas e em troca recebiam da Coroa, uma taxa sobre 10% das dízimas recolhidos para a Coroa Portuguesa. No século XVI, segundo Hilsdorf, (2013:8), os primeiros padrões de redizima foram aplicados às casas da Bahia (1564), Rio de Janeiro (1568) e Olinda (1576), transformando-as então, em colégios para oferecer gratuitamente ensino secundário de humanidades, como se fazia na Europa, para a clientela letrada. Para efeitos jurídicos os colégios jesuítas, deveriam receber os alunos para atividades missionárias, teoricamente abertos a todos, na prática esses colégios recebiam apenas os alunos brancos e justificavam a exclusão dos índios, mestiços e mamelucos, afirmando que os alunos adentravam aos colégios para tornar-se padres da Companhia de Jesus. Segundo Hilsdorf, a expansão desses colégios nos séculos XVII e XVIII pode ser analisada no quadro a seguir.

QUADRO 01 - A expansão dos colégios nos séculos XVII e XVIII. **FONTE:** HILSDORF (2013, p.10)

Capitanias	Colégios em 1585	Colégios em 1759
Pará	-	- Colégio "Santo Alexandre" em Belém - Seminário em Vigia
Pernambuco	Colégio em Olinda (aulas de ler e escrever + gramática)	Colégio "N. Sra. Do Ó" em Recife
Maranhão	-	- Colégio "N. Sra. Da Luz" em S. Luís - Seminário - Casa-colégio em Alcântara.
Piauí	-	Seminário
Paraíba do Norte	-	- Colégio - Seminário
Ceará	-	- Seminário em Aquirás - Casa-residência em Paupina
Bahia	Colégio em Salvador (aulas de ler+escrever+contar+gramática latina+humanidades+retórica+filosofia+lições de casos+teologia)	- Colégio "Todos os Santos" em Salvador - Seminário em Cachoeiro - Noviciado em Jiquitiba
Ilhéus	Casa (aulas de ler e escrever)	Casa-colégio
Porto Seguro	Casa (aulas de ler e escrever)	Casa
Espírito Santo	Casa (aulas de ler e escrever)	Colégio "S.Tiago" em Vitória
Rio de Janeiro	Colégios (aulas de ler+escrever+gramática latina+ casos de consciência)	Colégio "S. Sebastião"
S. Vicente	- Casa de S. Vicente/Santos (aulas de ler e escrever) - Casa de Piratininga	- Colégio "S. Miguel" em Santos - Casa em S. Vicente - Colégio "Sto. Inácio" em São Paulo

Minas Gerais	-	▪ Casa em Mariana ▪ Seminário em Mariana
S. Pedro do Rio Grande	-	▪ Colégio em Paranaguá ▪ Colégio em Desterro
Colônia do Sacramento	-	▪ Casa-colégio

De acordo com as afirmações de Hilsdorf (2013:10) elencadas no quadro é possível concluir que nos séculos XVII foram criados colégios e casas de ler e escrever em quantidade acanhada levando-se conta a extensão do território do Brasil. No século XVIII, segundo o autor, ocorreu relativo aumento na quantidade de colégios ainda que isso não significasse acesso de educação para todos que dela necessitam.

No ano de 1826 abre-se o debate sobre a educação escolar popular, esses debates esbarravam nas argumentações de falta recursos e a existência de poucas escolas, nesse contexto, o deputado liberal-radical, Januário Cunha Barbosa, apresentou um projeto, criando um sistema nacional de educação escolar formado de escolas elementares (pedagogias), secundárias (liceu e ginásios) e superiores (academia). O texto dessa proposta não foi apreciado ou aprovado e só foi reapresentado em 1827, no entanto sofreu muitas modificações. O texto referente a escola primária ficou limitado à manutenção das aulas avulsas públicas de primeiras letras de origem pombalina, para meninos e incluiu as meninas, caracterizando uma inovação para a época.

Em 1827 foram instaladas as Academias de Direito de Olinda e de São Paulo, essas Academias caracterizaram-se como formadoras da classe senhorial que por sua vez estava comprometida em defender os interesses do Império.

No século XVI, o Brasil era colônia de Portugal, os interesses da metrópole estavam acima dos interesses e necessidades da colônia, a educação dos brasileiros não era uma das prioridades da coroa europeia. Vieram para o Brasil grupos religiosos da igreja católica. A história da educação no Brasil iniciou-se com os padres jesuítas, os quais vieram para o país com a incumbência de cumprir o Regimento de 17 de dezembro de 1548, iniciando a catequização dos indígenas brasileiros.

Os jesuítas representaram a única ação educadora do país até o ano de 1759, muito convindo a Portugal, uma vez que o ensino por eles ministrado dava grande ênfase ao respeito a autoridade, o que assegurava, sem dúvida, melhor submissão da colônia. (LIMA, 2003, p.54)

Para Lima (2003), a educação que os indígenas recebiam dos jesuítas contribuía significativamente para o domínio da metrópole sobre a colônia, uma vez que através da educação, os jesuítas doutrinavam os índios e buscavam sua submissão. Inicialmente os jesuítas ministravam aulas aos indígenas ensinando-os a ler, a escrever, a contar e a falar o português, pois isso facilitava a comunicação entre os portugueses e os indígenas. O ensino ministrado pelos jesuítas era viabilizado economicamente pelos próprios religiosos, que obtinham os recursos provenientes de uma parcela dos dízimos que eram pagos no Brasil ao rei de Portugal.

Com o decorrer do tempo, os jesuítas fundaram suas escolas, assim a igreja tinha a atribuição de oferecer e coordenar a educação na colônia, no entanto a educação não estava ao alcance de todos. O governo mantinha as escolas militares, onde era ensinado a artilharia, o manuseio das armas e a construção de fortificações.

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759, por ordem do Marquês de Pombal, a educação no Brasil passou por alterações, ainda que a educação fosse disponibilizada de maneira restrita às classes de maior poder aquisitivo.

Em 1808 a família Real Portuguesa chega ao Brasil e D. João, com o intuito de suprir as necessidades dos membros da corte, criou a imprensa Régia, a Biblioteca Nacional, um museu, escolas de ensino superior, a Escola Naval, a Escola Militar, cursos de medicina no Rio de Janeiro e na Bahia. D. João também criou na Bahia os cursos de economia, de agricultura, de química e de desenho técnicos. Ainda em 1827 a educação no Brasil caminhava a passos lentos como afirma Aranha:

A situação do ensino elementar era bastante caótica [...] a educação não era vista como meta prioritária. [...] A Lei de 1827 [...] determina a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos (art. 1º). [...] O resultado, porém, dessa Lei fracassou por varias causas. [...] Um método de ensino copiado pelo pedagogo inglês Lancaster e que tinha o objetivo de instruir o maior numero de alunos com um menor gasto possível, [...] o fracasso da experiência deveu-se a várias causas. [...] Pela reforma de 1834, o ensino elementar, o secundário e o de formação de professores foram descentralizados, passando para a iniciativa e responsabilidade das

províncias. Só o curso superior ficaria a encargo do poder central. (ARANHA, 2006, p. 222,223).

Na análise da autora, mesmo após a chegada da Família Real ao Brasil, a educação evoluiu de maneira insatisfatória com pequenos avanços e muitos retrocessos.

Em 1837, foi criado na Corte o Colégio Pedro II, o colégio ofertava o ensino secundário, e a criação deste impedia que os liceus e ginásios secundários criados pelas províncias e pela iniciativa privada dessem acesso direto às Academias como era o caso do Pedro II. Segundo Hilsdorf (2013:43) isso obrigava os alunos dos outros colégios a fazerem exames de ingresso aos cursos superiores.

Sem a equiparação dos seus estabelecimentos aos colégios da Corte, as províncias abandonaram seus liceus e ginásios, desobrigando-se do ensino secundário: a província de São Paulo, por exemplo, criou em 1846 dois Liceus, em Taubaté e Curitiba, mas eles já não funcionavam na década de 1850, e em 1868 o secundário foi nela legalmente desoficializado. Esse nível de ensino acabou, assim, sendo oferecido pelos particulares na forma de cursos avulsos das disciplinas preparatórias aos exames de ingresso, ainda que os estabelecimentos fossem anunciados sob os títulos de colégios, liceus, ou ateneus. (HILSDORF, 2013, p.47)

De acordo com a autora, o padrão ideal do ensino secundário brasileiro era o Colégio Pedro II, este colégio outorgava a seus alunos títulos de bacharel, o curso regular e seriado de estudos literários e científicos, preparatórios aos cursos superiores assim como para as carreiras comerciais e industriais.

A partir de 1860 ocorreu ampliação de instituições de educação. Segundo Hilsdorf, em 1862, a província tinha funcionando, 79 escolas de primeiras letras masculinas e 64 femininas, dez aulas avulsas de latim e francês e uma de desenho e pintura, a medida que os estabelecimentos particulares somavam 83 escolas elementares para meninos e 41 para meninas, mais 47 aulas avulsas de latim, francês , inglês, geometria e aritmética, retórica, história, geografia e filosofia, passados dez anos, haviam sido criadas, 314 escolas públicas elementares masculinas e 197 femininas, foram criadas ainda nesse período 46 escolas particulares de primeiras letras para meninos e 24 para meninas; mais 24 colégios e dez aulas avulsas de estudos secundários.

Este foi um período de significativo avanço na educação no sentido de criação de escolas no Brasil. Vale ressaltar que os negros e mestiços não estavam inseridos

nesse processo de educação brasileira. O acesso à educação estava restrito às classes dominantes do país.

Após o período histórico colonial, teve início o período Imperial, dividido em primeiro império, período regencial e segundo império.

O ano de 1822 foi marcado pela Independência do Brasil. Segundo Lima (2003) o decreto de 10 de março deste ano, criava no Rio de Janeiro, uma escola baseada no método lancasteriano, no qual ocorria o ensino mútuo, existia apenas um professor para cada escola. O professor coordenava alunos treinados para ensinar grupos de dez alunos. O método Lancaster, também conhecido como Ensino Mútuo ou Monitorial, teve como objetivo ensinar um maior número de alunos, usando pouco recurso, em pouco tempo e com qualidade. Foi criado por Joseph Lancaster, influenciado pelo trabalho do pastor anglicano Andrew Bell. Contudo, Lancaster amparou seu método no ensino oral da repetição e memorização, pois acreditava que esta dinâmica inibia a preguiça, a ociosidade, e aumentava o desejo pela quietude. Nesta metodologia não se esperava que os alunos tivessem “originalidade ou elucubração intelectual” na atividade pedagógica, mas disciplinarização mental e física.

O método Lancaster foi o primeiro método de ensino utilizado no Brasil. O imperador, Dom Pedro I do Brasil, em 1823, declara em uma assembleia constituinte a iniciativa de uma escola de ensino mútuo “pela facilidade e precisão com que desenvolve o espírito e prepara para a aquisição de novas e mais transcendentais ideias”. O método visava à extensão da educação, chegando a toda população, de ambos os sexos, principalmente das massas trabalhadoras, visando fundamentalmente à ordem social, sob os mesmos princípios do método de Joseph Lancaster. Sua implantação no Brasil foi gradual. Uma das primeiras escolas evidenciadas é criada em 25 de novembro de 1822, uma escola de primeiras letras dentro do Arsenal do Exército, para atendimento dos operários. Em 1825, são criadas leis visando a implementação de escolas públicas de primeiras letras sob a regência do método lancasteriano nas diversas províncias do império. Foi implantado oficialmente no Brasil pela Lei de 15 de outubro de 1827, que definia, em linhas gerais, as diretrizes do ensino geral. Por volta das décadas de 40 a 70 do século XIX, ocorreram discussões sobre a organização dos alunos e as formas de ensinar e muitas províncias passaram a misturar métodos com diversas tendências. Ao final do século XIX, com discussões voltadas ao processo pedagógico dos

alunos, o método mútuo desapareceu da realidade educacional brasileira. Como ressalta Neves em seus estudos sobre o método mútuo:

Na escola de cada vila os discípulos serão divididos em classes, e bastará que cada uma receba uma lição por dia [...] a totalidade da lição será dada pelos professores, suprido, ou atenuado por discípulos da última classe imediatamente, que para este fim ele houve de escolher; este método além da vantagem de habilitar os discípulos dignamente ocupar para o futuro lugar, que substituem, tem de mais a seguinte, e vem a ser que eles todos, não mudando de mestre, adquirem com o tempo unidade de instrução, e unidade de caráter. Uma só sala decente, subministrada pelo Estado, proporcionada em grandeza, e repartida segundo a ordem das classes, é suficiente para cada escola; e deste modo o professor, coadjuvado pelos discípulos mais adiantados e de sua escolha, pode manter a ordem em todas, sem fazer cargo a estes de cuidados superiores ao seu alcance. (NEVES, 2007, p.8)

Segundo Neves, os procedimentos didáticos adotados eram tradicionais. O ensino era mecânico, valorizando-se somente a memória e não a fluência verbal. Com uma metodologia oral e repetitiva, acreditava-se que desta forma se inibia a preguiça e a ociosidade. As aulas duravam cinco horas diárias e eram organizadas nos turnos matutino e vespertino. A avaliação dava-se por uma espécie de prova oral em que o mestre coletava seis alunos de cada vez e verificava seu domínio dos saberes, por série. Um mestre educava cerca de mil alunos por vez.

Em 1827 um Projeto de Lei propõe a criação de escolas pedagógicas em todas as cidades e vilas, além de prever o exame na seleção de professores para a nomeação. Propunha ainda a abertura de escola para meninas.

De acordo com Lima (2003), o ato adicional à Constituição dispõe que as províncias passariam a ser responsáveis pela administração do ensino primário e secundário e com isso, em 1835 surge a primeira escola normal do país, em Niterói. Outro marco importante foi a criação da Escola D. Pedro II, na corte. Este colégio foi criado com o objetivo de se tornar um modelo pedagógico para o curso secundário, no entanto segundo Lima (2003), o colégio não conseguiu se estruturar até o fim do império para alcançar esse fim.

No segundo Império, foram criadas escolas de Educação normal no Ceará e São Paulo no período de 1845 a 1848. Neste período o Brasil contava com uma população de 10 milhões de habitantes e apenas 150.000 alunos matriculados em escolas primárias.

Em 1889, ocorreu a proclamação da República no Brasil. As muitas transformações econômicas e políticas se refletem também na educação. Segundo Carvalho (1986, p.23-38), a escola era para os republicanos, o emblema da instauração da nova ordem, os cafeicultores paulistas almejavam a “construção” de uma sociedade branca, imigrantes, estratificada em camadas, com direitos e deveres diferenciados segundo a sua posição no mundo do trabalho. O ideal pedagógico da elite republicana era recriar no Brasil uma sociedade europeia, substituir escravo pelos imigrantes e criar uma escola republicana em substituição da escola monárquica.

Em 1893, o republicano Cesário Mota Jr assume o órgão responsável pela instrução pública, comanda um diagnóstico da situação do ensino brasileiro e em seguida, elabora as diretrizes de sua atuação:

- Garantia da dignidade profissional dos mestres a partir do pleno domínio da metodologia intuitiva e da aceitação por eles do planejamento racional do sistema escolar.
- Criação dos grupos escolares, caracterizadas pelo agrupamento das aulas avulsas primárias em um único edifício sob uma única direção e com um corpo docente encarregado de classes de ensino simultâneo progressivo e seriado dos conteúdos, reunindo crianças com o mesmo nível de aprendizagem.

Ao longo dos anos 1890 – 1900, os republicanos cafeicultores redesenham, recriam e reproduzem todo o sistema de ensino público paulista, realizando a escola ideal para todas as camadas sociais, pois criam ou reformam as instituições, da escola infantil ao ensino superior (jardins-de-infância, grupos escolares, escolas reunidas, escolas isoladas, escolas complementares, escolas normais, ginásio, escolas superiores de medicina, engenharia e agricultura e escolas profissionais), e definem a pedagogia que nelas será praticada (a pedagogia moderna em confronto com a pedagogia tradicional). (HILSDORF, 2013, p.66,67).

De acordo com Hilsdorf, (2013, p.66,67), no período de 1890 a 1900 os republicanos cafeicultores, empreendem grandes modificações no sistema de ensino público paulista, proporcionando reformas e ampliações nas escolas de educação infantil ao ensino superior. O grupo dominante estipula que a pedagogia moderna substitua a pedagogia tradicional.

Em 20 de dezembro de 1961 foi aprovada a Lei nº 4.024, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, sobre os fins da educação estabelecia o seguinte:

TÍTULO I

Dos Fins da Educação

Art. 1º A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
- b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum; (BRASIL-LEI 4.024/1961)

A LDB de 1961 enfatiza a necessidade de fortalecer a formação do aluno, quanto indivíduo é da ênfase na necessidade do Estado disponibilizar a educação à todos os brasileiros de maneira igualitária teoricamente. Para Carneiro (1998, p.25), essa LDB, conseguiu flexibilizar a estrutura do ensino, possibilitando o acesso ao ensino, possibilitando o acesso ao ensino superior, independentemente do tipo de curso que o aluno tivesse feito anteriormente.

Em 20 de dezembro de 1996 foi aprovada a Lei nº 9.394, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

TÍTULO I

DA EDUCAÇÃO

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições culturais.

§2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (CARNEIRO, 1998, p.31)

O artigo primeiro da LDB de 1996 enfatiza a importância de educar o aluno para prepará-lo para o convívio social. De acordo com Carneiro (1998:31), o artigo em apreço representa uma ruptura de dimensão axiológica à medida que elastece a carga semântica de educação, imputando-lhe um atributo de ação do indivíduo sobre o indivíduo para construir seu destino nas mais diferentes ambiências humanas: na família, no trabalho, na escola, nas organizações sociais.

1.2 A EDUCAÇÃO À LUZ DAS CONSTITUIÇÕES

Em 1822, com a Proclamação da Independência e a fundação do império, teve início o pensamento da educação popular, com o fortalecimento dos

sentimentos nacionalistas. A Constituição Brasileira de 1824 tratava da educação básica, no entanto, a ideia da educação popular não se concretizou.

A Constituição do Império, a primeira Constituição do Brasil, foi promulgada em 23 de março de 1824 esta constituição foi norteadas pelas ideias liberais no entanto não continha ideias democráticas, esse documento garantia direitos civis aos brasileiros brancos e negligenciava esses direitos aos índios e escravo. Hilsdorf traz uma análise a cerca desta Constituição:

Esta constituição promete ensino primário gratuito para todos e ensino das ciências e das artes em colégios e universidades (art.179, parágrafos 32 e 33), porém sem outras garantias de sua efetivação, que deveria ser regulada pela legislação ordinária. (HILSDORF, 2013, p.44)

A constituição de 1891, promoveu mudanças importantes na lei da educação. O Congresso Nacional ficou responsável por legislar sobre o ensino superior. O Congresso Nacional poderia criar escolas secundárias e superiores nos estados e manter escolas primárias secundárias e superiores. No caso das escolas secundárias e superiores também poderiam receber intervenção do Governo Federal.

Segundo Lima (2003, p.56), a constituição de 1934 dedicou um capítulo inteiro (artigos 149 a 158) à educação e à cultura, demonstrando claramente o espírito democrático que a inspirou. As ideias eram promissoras, no entanto, não se concretizaram, uma vez que em 1937, ocorreu a instituição do Estado Novo, com a outorgada da carta Constitucional Ditatorial, e esta suprimiu muitos artigos voltados à educação na Constituição Federal de 1934. Esses artigos sobre a educação foram substituídos por outros dando prioridade para o ensino profissionalizante, negligenciando a educação básica. Nessa Constituição são observadas inovações como ressalta Carneiro.

A constituição de 1934 inovou ao atribuir, à União Federal, a tarefa absoluta de fixar as diretrizes e bases da educação nacional. Criou, também, o Conselho Nacional de Educação e os Estados e o Distrito Federal ganharam autonomia para organizar seus sistemas de ensino e, ainda, instalar Conselhos Estaduais de Educação com idênticas funções das do Conselho Nacional, evidentemente, no âmbito de suas respectivas jurisdições. (CARNEIRO, 1998, p.19).

Segundo Carneiro, na constituição de 1934, a União recebeu a tarefa institucional de elaborar o Plano Nacional de Educação, com dois eixos

fundamentais: a organização do ensino nos diferentes níveis e áreas especializadas, assim como a realização de ação complementar em parceria com os Estados. Subsidiando estes Estados com estudos e análises técnicas e aportando recursos financeiros complementares.

A Constituição Federal de 1946 resgata pontos da constituição de 1934. A educação básica recebe atenção e as determinações dessa Constituição impulsionaria esse segmento da educação brasileira, no entanto o golpe militar de 1967 provocou retrocessos nos avanços em curso.

E muito embora os militares tivessem a educação como prioritária, os sistemas de ensino não estavam em condições de atender às metas de desenvolvimento que vinha sendo traçadas pelos tecnocratas e militares. (LIMA, 2003, p.57).

Para a autora, os militares defendiam a educação, no entanto o país encontrava-se sem condições de avançar em consonância com os discursos dos governantes. Diante da necessidade de reorganização do país, a Constituição Federal de 1969, trouxe mudanças significativas, definindo as competências da União como é constatado no Art.176:

Artigo 176. A educação, inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideias de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado, e será dada no lar e na escola.

§1º O ensino será ministrado nos diferentes graus pelos Poderes Públicos.

§2º Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive mediante bolsas de estudos. (BRASIL-ART. 176/1969)

De acordo com esse artigo de 1969, a educação ganha ares de inovação priorizando o crescimento intelectual e social do aluno, isso, no entanto, não reflete a realidade da educação pública do Brasil que expõem a disparidade do que está estabelecida na lei e o que ocorre na realidade.

A educação no Brasil, sempre caminhou a passos vacilantes, pois as leis foram feitas ao longo da história do país, no entanto a efetivação dessas leis não alcança os brasileiros na sua totalidade. A população brasileira ao longo dos anos cresceu significativamente, pois o Brasil sempre foi visto como um país de oportunidades, que atraiu imigrantes de muitos países o que influenciou e muito no aumento populacional. O fato é que o crescimento educacional não cresceu na

mesmo proporção do crescimento populacional no Brasil como é possível analisar no quadro a seguir.

QUADRO 02 - Evolução da educação brasileira **FONTE:** LIMA, (2003, p. 59)

Ano	População brasileira	Porcentagem de analfabetos no Brasil
1960	70.070.457	46%
1970	119.002.706	33%
1991	146.825.475	22%

Este quadro demonstra que a educação brasileira não estava se desenvolvendo de maneira satisfatória, ou seja, as leis existiam e evoluíam, mas a educação de fato, como de direito. Essa verdade era incômoda para os governantes e era motivo de críticas estrangeiras que questionavam a má qualidade da educação brasileira. O analfabetismo era um gargalo na política do país, o número de analfabetos diminuía ao longo dos anos, mas não na proporção esperada.

Em face aos constantes questionamentos internacionais a cerca da baixa escolaridade de grande parcela da população brasileira, o Brasil queria investimentos financeiros internacionais, mas a obtenção destes estava condicionada ao incremento da educação popular. Almejando alcançar recursos estrangeiros no Brasil, os governantes impulsionaram a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Para Pires (1996, p.151), A nova Carta Magna, com novos ideais e novas propostas, universalizando o direito fundamental à educação básica e estabelecendo uma série de garantias à sua efetividade foi muito bem vinda a Constituição de 1988, traçou todo um arcabouço da educação brasileira, devidamente estruturada e com verbas vinculadas, através da Emenda Constitucional nº 14/96 de acordo com os termos:

I - Da educação (art.205 a 214)

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; (BRASIL-ART. 205 a 214/1996).

As diretrizes norteadoras desta Lei com certeza foram um avanço, mas não a solução definitiva, percebe-se que mais uma vez persiste a disparidade entre as determinações legais e a efetivação dessas determinações. Apesar de todos os avanços nas Leis um dos maiores problemas enfrentados pela educação no Brasil foi a má aplicação das verbas específicas. Segundo Lima (2003:65), a escassez de recursos sempre aparecia como uma tônica constante em todos os governos.

O Brasil não tinha por hábito legal deixar clara a vinculação de verbas para as atividades financeiras, sendo possível verificar essa assertiva desde a Carta de 1824, quando então, estabelecia a instrução primária gratuita a todos os cidadãos não havia qualquer previsão de fonte de custeio. (LIMA, 2003, p.65)

Para a autora as Leis foram criadas sem condições de serem cumpridas uma vez que a criação das mesmas não veio acompanhada da pronta disponibilização do recurso financeiro para sua efetivação. Um exemplo claro dessa disparidade é o fato de que a Constituição de 1891 sequer destinou recursos financeiros ao atendimento do sistema educacional popular, mesmo tendo incumbido ao congresso (art. 35) a responsabilidade de criar instituições de Ensino Superior e Secundárias nos estados.

De acordo com Galdino, (1997, p.146), foi com o advento da Constituição Cidadã de 1988, que o Brasil deu o grande passo, assumindo o compromisso de atender ao dever do Estado com a educação fundamental, garantindo-lhe meios para a efetivação desses direitos, com fonte de custeio.

1.3 PRÁTICAS DOCENTES

A prática docente ocorre, no espaço da escola, mais especificadamente na sala de aula, campo de principal atuação do professor. Isso não quer dizer que a prática pedagógica depende apenas do trabalho em sala de aula. Alguns professores tentam realizar seu trabalho isoladamente, no entanto, isso não traz

bons resultados, segundo Libâneo (2007):

Na maior parte das vezes, a realidade das escolas ainda é de isolamento do professor. Sua responsabilidade começa e termina na sala de aula. A mudança dessa situação pode ocorrer pela adoção de práticas participativas em que os professores aprendam nas situações de trabalho, compartilham com os colegas, os conhecimentos, metodologias e dificuldades, discutam e tome decisões sobre o projeto pedagógico-curricular, sobre o currículo, sobre as relações sociais internas, sobre as práticas de avaliação. (LIBÂNEO, 2007, p.308).

Para o autor, a prática docente está inserida no contexto geral do funcionamento da escola. Ao pensar em sua prática docente o docente tem que entendê-la como parte de um todo. Segundo Libâneo (2007, p.308) a escola é uma comunidade de aprendizagem, ou seja, uma comunidade democrática, aberta, de aprendizagem, de ação e de reflexão, segundo JOSETTE (2007):

O homem como espécie cultural, sente a necessidade de preparar as novas gerações para a “sobrevivência” e a “convivência” em sociedade. Surge então a necessidade de fazer chegar às futuras gerações esse acervo de conhecimento construído sobre o mundo. (JOSETTE, 2007, p.19).

De acordo com Josette, para suprir a necessidade de perpetuação, a sociedade elabora e executa inúmeras práticas que buscam sistematizar a transmissão do conhecimento que vise alcançar objetivos definidos. A transmissão de conhecimento permite que a humanidade transmita os conhecimentos e valores que julgue importantes. Muitas das práticas humanas, entre elas as educativas são refinadas, reajustadas mediante a reflexão transformando-a em práxis.

A escola é o local de sistematização do conhecimento, é o espaço de convivência de diversos atores sociais. O aluno adentra ao ambiente escolar para aprender ou ampliar seus conhecimentos. O papel do professor é viabilizar a aprendizagem e a ampliação dos conhecimentos do aluno. Nesse processo aluno e professor aprendem e ensinam, pois cada ser tem peculiaridade que surpreende o outro.

A prática docente exige constante avaliação dos métodos utilizados e conseqüentemente dos resultados obtidos. É necessário que além da transmissão de conhecimentos o docente se veja em condições de contribuir para transformar a situação dos alunos que estão sob seu alcance de trabalho.

Alguns professores se sensibilizam com as situações que se deparam no dia-a-dia da prática docente e elaboram projetos, reavaliam suas práticas docentes e buscam dentro de suas possibilidades, ajudar os que precisam ser ajudados na construção do exercício de sua cidadania.

Ao sistematizar o ensino, o docente precisa visualizar diversos aspectos e características em relação ao seu discente. No exercício de sua prática docente é necessário aliar a experiência do exercício com as teorias pedagógicas assimiladas no processo de formação acadêmica.

O docente constrói seus métodos a partir de sua prática docente e os reconstrói no processo de experimentar mudanças e concluir que suas práticas nem sempre são vividas ou recebidas de maneira homogênea, ao invés disso, as situações inusitadas determinarão a forma que se desenvolverão, imprimindo-lhes conotações diferentes de acordo com a realidade do momento.

A prática docente está inserida na construção social, na manutenção dos valores que contribuem para que os indivíduos convivam em sociedade respeitando e sendo respeitados.

A educação informal ocorre de diversas formas, de maneira espontânea, no cotidiano através dos conhecimentos que são assimilados nos espaços sociais do cotidiano. Essa educação não é sistematizada ou planejada, pois ocorre espontaneamente na troca de experiências com familiares e amigos. Para Gohn (2011, p.107) a educação transmitida pelos pais na família, no convívio com amigos, clubes, teatros, leitura de jornais, livros, revistas etc. são considerados temas da educação informal.

A educação formal é a prática pedagógica ocorre de forma predominante intencional e planejada, e busca alcançar metas a partir da execução de planejamentos e aplicação de métodos avaliativos para mensurar o que foi ensinado e aprendido.

Os conteúdos são ensinados e aprendidos no espaço escolar, a escola é o local onde o docente exerce sua prática pedagógica e portanto, a escola deve favorecer o trabalho do professor, uma vez que é o docente que atua diretamente com o aluno e precisa ter condições favoráveis para desenvolver um bom trabalho.

É necessário que a prática pedagógica se pautar na qualidade dos processos de ensino e aprendizagem que é preciso lutar por uma prática pedagógica que oportunize alto rendimento escolar e aprendizagem consolidada.

É preciso ter clareza de que o eixo da instituição escolar é a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem que, mediante procedimentos pedagógicos-didáticos, propiciam melhores resultados de aprendizagem. São de poucas inovações como gestão democrática, eleições para diretor, introdução de modernos equipamentos e outros, se os alunos continuam apresentando baixo rendimento escolar e aprendizagem não consolidadas. (LIBÂNEO, 2007, p.301).

Para o autor a prática pedagógica ocorre no espaço da escola, mais especificamente na sala de aula campo de principal atuação do professor. Isso não restringe a atuação à sala de aula uma vez que é impossível trabalhar isoladamente.

A prática docente exige do profissional disponibilidade para ensinar e acima de tudo disponibilidade para estar sempre pronto a aprender. Para exercer a prática docente o profissional interage com os alunos, seu público alvo, mas interage também com outros docentes, com orientadores, com os diretores e os profissionais de apoio que atuam na escola.

No caso dos docentes em análise, é necessário que os mesmos possuam conhecimento do conteúdo do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental, é necessário também que o professor tenha habilidade de transmitir os conteúdos. Tem professores que tem o conhecimento, no entanto, tem dificuldade de conseguir a aprendizagem do aluno. Assim faz parte das preocupações docentes saber os conteúdos, saber ensinar os conteúdos, ter bom manejo de sala de aula.

Os resultados obtidos com a prática docente são de difícil mensuração, uma vez que as salas de aula são heterogêneas. São muitos os fatores a serem considerados para se definir o grau de sucesso de determinada prática pedagógica já que não se trata apenas de considerar os benefícios que os alunos obtiveram com a educação, é preciso também que o professor avalie como sua prática pedagógica pode beneficiar o convívio dos alunos dentro da sociedade.

Cabe ao professor constantemente avaliar e reavaliar sua prática pedagógica para mensurar até que ponto o ensino transformou-se em aprendizagem para o discente.

A prática docente deve estar acompanhada da análise da importância da análise crítica da realidade, levando-se em conta a idade do público alvo e da série de atuação. Em outras palavras a prática docente tem a responsabilidade de ensinar conteúdos e preparar os alunos para fazer uso dos instrumentos intelectuais que se apropriou de forma que se torne um cidadão que sinta-se importante dentro dos processos de transformação social.

O conceito de produto educacional enquanto algo que não se restringe à aula, ou a atividade educativa em si, deriva, da própria natureza do processo pedagógico, o qual exige que o aluno seja ao mesmo tempo objetivo e sujeito da educação. (PARO, 2005, p.146).

O exercício da prática docente requer grande esforço do educador, uma vez que a tarefa de ensinar não é fácil e requer do professor disponibilidade para sempre aprender a ensinar e está pronto para modificar, alterar ou substituir métodos.

2 FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOS PROFESSORES PÓS LDB/1996

2.1 FORMAÇÃO DOCENTE

A chegada da nova Lei de Diretrizes e Bases causou inquietação para docentes e para os demais profissionais envolvidos no processo educacional. Muitos recebem novas leis com incredulidade de sua aplicação e benefícios que acerca tratará para a educação. Novas Leis trazem mudanças que implicam em reorganização de ações dos atores sociais envolvidos na educação. Segundo Carneiro (1998, p.13) as mudanças regidas por normas explícitas, como é o caso das que ocorrem nos sistemas de ensino, supõe uma transição entre um e outro regime.

A Lei 9.394/1996 a LDB nasceu no seio do Poder Legislativo, segundo Gracindo (2010, p.227), a mesma não foi iniciada, como suas antecessoras, no Poder Executivo. Isso a tornou, pelo menos, original e propiciou uma ampla participação da sociedade civil e do próprio governo nas longas e difíceis discussões que permearam sua tortuosa tramitação no Legislativo Federal.

A LDB reacende na sociedade a rediscussão da educação e o conceito de formação de professores como um alicerce para alavancar a melhoria na qualidade do ensino brasileiro. O artigo 61 da LDB, 9.394 trata da formação dos profissionais da educação, e define que esta deve ocorrer de forma que venha a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando e terá como fundamentos:

- I. A associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;
- II. Aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades. (BRASIL-LDB. ART.61, 1996).

De acordo como Artigo 61 evidencia que a Lei amplia as possibilidades de formação dos profissionais da educação ao reconhecer a validade da alternativa de capacitação em serviço.

O Artigo 62 da LDB, 9.394 determina que a formação dos docentes para atuar na educação básica, deverá ocorrer em cursos de nível superior, nos cursos de licenciatura, de graduação plena, em universidades e instituições de ensino superior,

será considerada como formação mínima para a prática do magistério na educação infantil e nas quatro séries iniciais do ensino fundamental.

Segundo o Artigo 62, a formação do professor é o alicerce da educação básica. É importante que se tenha profissionais com formação avançada para exercer a docência com melhores resultados, disponibilizando ao aluno aprender os conteúdos e desenvolver a capacidade de analisar sua realidade e nela interagir com criticidade.

O Artigo 63 da LDB, 9.394, enfatiza a responsabilidade dos institutos superiores pela formação de professores da educação infantil. Fica a cargo dessas instituições oferecer uma modalidade específica de curso para magistério que trabalhará com a educação infantil e com os primeiros anos do ensino fundamental Carneiro (1998, p.152):

- I. Cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental.
- II. Programas de formação pedagógica para portadores de diploma de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;
- III. Programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis. (BRASIL-LDB. ART 63)

Segundo o Artigo 63 abre-se um leque para uma nova perspectiva da relevância da educação infantil e do ensino fundamental, com a ênfase que é dada para a importância da formação docente.

No artigo 64 da LDB, que trata da formação dos profissionais da educação, define que esses profissionais poderão atuar na administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, a partir da conclusão de cursos de graduação em pedagogia ou ainda, em pós-graduação, neste caso será analisado a base comum nacional.

Segundo o artigo 65 da LDB a formação docente, com exceção para a educação superior, deverá conter prática de ensino de no mínimo, trezentas horas.

Segundo o artigo 67, é responsabilidade dos sistemas de ensino, viabilizar a valorização dos profissionais da educação, garantindo-lhes inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

- I. Ingresso exclusivamente por concursos públicos de provas e títulos;
- II. Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

- III. Piso salarial profissional;
- IV. Progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- V. Período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluindo na carga de trabalho;
- VI. Condições adequadas de trabalho. (BRASIL-LDB. ART.67)

O Artigo 67 está em consonância com Constituição Federal que determina a obrigatoriedade da admissão de professores unicamente através de concurso público. O texto reafirma a determinação constitucional que trata do aperfeiçoamento contínuo dos professores, da disponibilidade de tempo para o planejamento da atividade docente e as condições de trabalho que correspondam às reais necessidades do profissional.

Quando se analisa a LDB, no que se referem aos docentes muitas indagações nos são recorrentes a cerca do que nos deparamos ao compararmos o que está definido na lei e o que ocorre na pratica.

Com certeza muitas das determinações da LDB 9.394 ser de 20 de dezembro de 1996 não se concretizaram atuais nesses vinte anos. Muito falta acontecer. Esse é um grande desafio da educação, fazer acontecer de fato o que existe de direito.

Cumpramos reconhecer, a essa altura de nossa explicação, que a ideia de investimento educacional ou humano para o desenvolvimento acarreta, uma total mudança na maneira de encarar o ensino. A escola deixa de ser parada, uma porta indiferente, com ou sem guichê junto, para ser um esforço de recrutamento e mobilização destinado a formar homens adequados, capazes de plena realização pessoal. (REIS, 2004, p.46)

Segundo Reis (2004, p.46), é correto pensar, que o conceito que se faz de investimento educacional está longe do ideal no Brasil. O conceito de investimentos educacional deve abranger investimento de ordem física, material e humana é necessário que de fato se invista no quadro docente para ampliar os benefícios dos discentes.

Falta muito para se efetivar o que está estabelecido na LDB de 1996. Passaram-se vinte e um anos e estamos longe de alcançar o pleno usufruto do que a LDB, Lei 9.394 nos assegura. A história da educação no Brasil é marcada por lutas, conquistas e alguns retrocessos. O docente tem dentre os seus muitos desafios atentar para que sua atuação contribua na formação dos discentes como na garantia e ampliação de suas conquistas profissionais.

Tendo como pressuposto que nenhuma mudança se concretiza no papel e nas intenções, pois ela se torna real e viva na concretude da prática social que não acontece de forma monolítica, trazendo, em si, o germe da contradição que faz avançar, o presente exto se propõe a trazer algumas reflexões acerca do papel dos dirigentes municipais de educação, estimulando a identificação dos limites e possibilidades dos municípios brasileiros. (BRZEZINSKI, 2010, p.226)

Para a autora, as mudanças no papel foram significativas, no entanto a concretização das mesmas não é equivalente, pois as transformações dependem de ações concretas do Poder Público.

Os conhecimentos, as compreensões e as habilidades desenvolvidas e potencializadas no momento da formação acadêmica, são aplicados e ampliados no decorrer da atuação profissional. Todo o processo de formação influencia pra construção e reconstrução dos conhecimentos e práticas. Os conhecimentos e valores absorvidos na formação são somados para formar a identidade profissional.

Educar deixa de ser o ato de simplesmente transmitir informação e passar a ser o de criar ambientes de aprendizagem para que o aluno possa interagir com uma variedade de situações e problemas, auxiliando-o na interpretação dos mesmos para que consiga construir novos conhecimentos, inclusive conhecimentos sobre aprender a aprender. A partir dessa análise, é possível concluir que os termos educação e aprender não estão necessariamente relacionados com construção de conhecimento. O mesmo acontece com os termos educação ao longo da vida e aprendizagem ao longo da vida. A interpretação mais interessante e desejável para esses termos é aquela que está relacionada com construção de conhecimento. (VALENTE, 2004, p.13)

De acordo com Valente, é muito comum que os termos educação ao longo da vida estejam associados ao processo de certificação continuada por intermédio de cursos para atualização profissional. Em nome da necessidade do constante aprimoramento profissional, da importância da formação continuada, são oferecidos cursos ou atividades que têm a finalidade de incrementar o “capital humano” do mercado de trabalho.

Os cursos de formação acadêmica não são o marco definitivo da carreira profissional docente. A formação ocorre, na verdade durante todo o processo de construção da carreira docente. A maioria dos docentes consegue suprir as lacunas no que se refere aos conhecimentos específicos que passam a ministrar no exercício docente. Alguns docentes concluem a graduação com muitos conhecimentos teóricos e algumas deficiências no conhecimento específico que será ministrado nas séries para as quais foi habilitado.

Enquanto momento e espaço de aprendizagem profissional da docência, o curso de formação inicial de professores não pode ser analisado ou discutido sem que se compreenda o processo de formação dos futuros professores. Ao reconhecer conhecimentos que orientam seus processos de tomada de decisão a respeito de situações de ensino ou futuros professores podem poder repensá-los e reconstruí-los. (NONO, 2011, p.65)

Para Nono, quando se analisa o processo de formação acadêmica e toma-se por base a atuação profissional docente é possível afirmar que os conhecimentos profissionais podem ser revistos e até reformulados mediante às exigências do processo de atuação profissional. Os professores iniciantes veem-se diante de realidades e situações complexas e passam a sentir a necessidade de “criar” soluções antes desconhecidas.

O processo de formação docente do professor do primeiro ao quinto ano não começa com o início de sua formação em pedagogia, o processo de formação começa a sua construção ainda na sua infância, dentro do convívio da família, passa pela pré-escola, pelo ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, pós-graduação e nunca está concluído, sempre está em construção e reconstrução.

O profissional que recebe uma formação escolar deficiente, conseqüentemente reproduzirá algumas dos equívocos com seus alunos. Por isso é preciso que haja preocupação pela boa qualidade do ensino em todas as suas fases. Assim, para termos professores com melhor formação é necessário investir em todas as modalidades de ensino.

O curso de formação nem sempre consegue suprir as lacunas do processo de aprendizagem dos docentes. Alguns professores assumem suas primeiras turmas sem o completo domínio do conteúdo que deverão ensinar. Nesse momento, professores se deparam com as falhas da educação que receberam. Cabe ao profissional decidir se buscará alternativas para aprender para ensinar ou simplesmente repetir o círculo vicioso de ensino de má-qualidade.

Vale enfatizar a importância que a atuação docente promove para a formação do professor. As lacunas técnicas da formação inicial serão superadas ao longo da sua profissão através de situações pertinentes ao exercício docente e também através de programas de atualização, de aprendizagens inovadoras ou aprendizagens que complementem sua formação inicial.

O contexto atual em que a educação está inserida, vem exigindo que os educadores assumam um perfil diferenciado do que lhes foi exigido anteriormente. A

globalização da economia e dos conhecimentos vem impulsionando os profissionais da educação a se inteirarem das mudanças que ocorrem de maneira surpreendentemente frenética.

As mudanças são perceptíveis nas teorias que fundamentam o processo educacional, assim como os processos pedagógicos. Assim como são perceptíveis as mudanças que vem ocorrendo entre os profissionais de educação e entre docentes e discentes. Houve mudanças significativas na elaboração dos conteúdos curriculares, e quando se fala em mudanças na educação há que se falar, há que se refletir sobre a formação e a atuação docente uma vez que o professor está diretamente envolvido no processo educacional uma vez que cabe a ele de fato, colocar em prática as inovações planejadas para a educação.

A necessidade de investir na formação docente deve ser uma preocupação salutar para melhorar a atuação desses profissionais. No entanto é necessário primar por uma formação profissional sólida e rigorosa no que tange a qualidade. A formação docente é primordial para viabilizar a integração de conhecimentos teóricos e práticos primando pela busca do desenvolvimento de um processo de ensino-aprendizagem.

Ao conceber a formação dos futuros professores como um processo complexo de construção de conhecimentos e de desenvolvimento de relações afetivas, inserido em um contexto sociocultural específica, fica claro que, no centro desse processo, está o estudante, a quem se deve proporcionar as condições para que adote um papel ativo e de protagonista em sua formação, para ser consequente com seu caráter de construtor de conhecimento. (JOSETTE, 2007, p.21).

Para Josette, não é simples definir e vivenciar a construção do conhecimento. Vários fatores estão envolvidos no processo ensino-aprendizagem. A formação inicial e contínua é exigência do mercado e um dos desafios a serem enfrentados pelos docentes. É necessário que os profissionais disponibilizem de tempo e recursos financeiros para manter-se atualizado para exercer a docência.

A formação dos profissionais do ensino sofreu muitas mudanças com a LDB e com as resoluções que a acompanharam. Antes da reforma, havia duas maneiras de formar professores: o magistério em nível de segundo grau e a atual licenciatura no curso superior. A LDB/96 ampliou essas modalidades. (LIBÂNEO, 2007, p.271).

Segundo Libâneo é possível formar professores em nível médio para atuar na educação infantil e nas primeiras séries do ensino fundamental, assim como formá-

los nas licenciaturas para as diferentes áreas do saber das séries finais do ensino médio.

A formação continua docente deve ser preocupação constante e prevista como necessária para o constante aprimoramento no processo de ensino e aprendizagem.

Nestes últimos três anos, desde que passei a incluir as questões da aprendizagem ao longo da vida nos cursos de formação de educadores, tenho notado a enorme dificuldade que as pessoas em geral, e os educadores em particular, têm para explicitar as estratégias que usam para aprender. É um verdadeiro nó que choca e paralisa as pessoas. Elas estão aprendendo praticamente desde os primeiros momentos da vida, porém poucas sabem sobre como isso acontece. (VALENTE, 2004, p.14)

Segundo o autor há uma parcela significativa de profissionais da docência que de identificar exatamente os momentos e as formas que a aprendizagem ocorre. Para o autor a aprendizagem começa a ser construída a partir dos primeiros momentos da vida. A formação contínua é uma oportunidade para que o profissional pense e repense sua prática.

É de ressaltar que a formação de professores para a educação básica vem se constituindo em uma das mais controvertidas temáticas dos atos normativos oficializados pelos Ministério da Educação e do Desporto-MEC e Conselho Nacional de Educação-CNE, após a promulgação da Lei nº 9394/96 (principalmente a partir de 1999). (RUSSEFF e BITTAR, 2003, p.55)

A realidade acerca da formação profissional docente está aquém do que determina os pareceres e resoluções. De acordo com Russeff e Bittar (2003), ocorre sempre a velha e atual problemática da teoria versus prática, muito presente e enfatizada nos atos anteriormente mencionados. Segundo os autores, a programação curricular e a metodologia de ensino-aprendizagem são deixadas de lado pelas instâncias orientadoras ou normatizadoras em suas relações com as agências concretizadoras da formação de professores da educação básica.

As agências formadoras, “recebem” as imposições na defensiva, uma vez são essas agências as responsáveis por colocar em prática as decisões das instituições normatizadoras. Para colocar a teoria em prática é necessário que se percorra longos caminhos, quase sempre sinuosos.

Um fator preocupante nesse contexto dessa falta de harmonia entre instância normatizadoras e concretizadoras é a distância extraordinária que existe entre o que

é para ser e o que de fato é. No Brasil, a educação como os demais setores, as leis são criadas e nem sempre executadas de fato e de direito por isso se percebe tantas disparidades sociais.

Considerando os aspectos antagônicos que se evidenciam entre teoria e prática do contexto das leis direcionadas à educação, Russeff e Bittar elencam duas macros competências.

QUADRO 03 - Instâncias Norteadoras da Educação. **FONTE:** RUSSEFF e BITTAR, (2003, p.176)

As instâncias normatizadoras	As instâncias concretizadoras
As equipes da cúpula governamental são periodicamente substituídas e deixam de legado mais débitos que créditos. Os débitos quase sempre são originados à má política de relacionamento com as agências de fato formadoras de educadores principalmente as instituições de Ensino Superior.	As agências formadoras dos níveis tanto superior quanto médio permanece aí decênios ou séculos expostos à cobrança pública direta e indireta. Mormente local e regional, evidentemente pelos estragos herdados por internos e externos malfadados estilos e imposições.

Para os autores o ideal para alavancar o crescimento da formação profissional, é que as instituições de ensino superior assumam a responsabilidade de forma não apenas educadores, mas também de formar educadores altamente qualificados. Outro aspecto muito importante da formação profissional é a formação continuada.

É relevante ressaltar que as responsabilidades do Estado com a educação e também com a disponibilização de programas de formação continuada para os professores que atuam nas escolas públicas. A formação do professor deve ocorrer em todas as suas fases de atuação uma vez que a educação é um processo dinâmico e que requer do docente novas oportunidades de se aprimorar e aprimorar suas técnicas.

A primeira questão que conviria destacar da discussão sobre o conceito de educação continuada é a forma genérica como esse conceito se define; ou seja, conceito de formação continuada vem se solidificando como conceito de uma educação ligada unicamente a execução de uma tarefa interminável, em permanente transformação e por consequente sem conclusão.

A educação continuada pode ser compreendida como uma tautologia, uma vez que é um processo permanente de formação, a capacitação continuada está atrelada à realização consecutiva.

Ocorre uma indefinição de finalidades no que se refere a formação continuada, mas é possível entender que a formação inicial e a continuada estão interligadas uma vez que fazem parte de uma única formação docente em fases diferentes e com certeza buscar alcançar os objetivos e finalidades que o profissional estipula como metas de capacitação.

As inúmeras nomenclaturas que se dá as capacitações não constituem um problema o problema é a qualidade dos cursos de capacitação que são ofertados aos docentes, nota-se que a maioria dos docentes sente desejo e necessidade de avançar nos seus conhecimentos, de aprimorar sua capacitação profissional.

2.2 ESCOLA E APRENDIZAGEM

Ao adentrar na escola o aluno incorpora-se a um contexto de ambiente formal pensado para a sistematização do ensino. Na escola o aluno é um membro da comunidade escolar, uma vez nessa comunidade, vê-se inserido na realidade sócio cultural e pedagógica deste ambiente.

A escola proporciona ou deve proporcionar ao aluno condições de desenvolver-se intelectualmente e entender seus direitos e deveres como cidadão, é preciso que desde o início de sua caminhada escolar o aluno seja motivado a exercer sua cidadania. Nesse contexto a escola tem papel fundamental pois a escola é o espaço de convivência dos profissionais da educação, dos alunos, dos familiares dos alunos e de membros da sociedade que em diversas ocasiões são inseridos em atividades relacionadas à prática escolar.

A escola por ser um espaço de aprendizagem e convivência deve disponibilizar aos alunos um ambiente que favoreça a aprendizagem e estimula a convivência saudável e harmônica entre alunos, profissionais e familiares. Isso é o ideal, no entanto a prática muitas vezes não corresponde ao ideal.

À medida que a sociedade vai tornando-se cada vez mais dependente do conhecimento, é necessário questionar a concepção de educação e de aprendizagem. É importante entender a aprendizagem como uma atividade contínua, que se estende ao longo da vida. A educação tem de criar condições para o aluno desenvolver a habilidade de aprender a aprender,

de modo que ele seja capaz de continuar sua aprendizagem mesmo depois de deixar a escola- o que alguns autores têm denominado de educação ao longo da vida e outros de aprendizagem ao longo da vida. (VALENTE, 2004, p. 13).

Para Valente (2004), as nossas escolas públicas, em especial as da rede municipal, que são o alvo de estudo desse trabalho, muitas vezes não oferece condições satisfatórias para os docentes exercerem suas atribuições, com amplo sucesso, assim como a omissão dos gestores públicos, dificulta que a aprendizagem ocorra de maneira satisfatória.

Os impasses que a escola pública vem enfrentando, no entanto não a caracterizam como fracasso na missão de ensinar. Essa tensão indica que a sociedade mudou e essas mudanças da sociedade exigem da escola mudanças significativas que de fato correspondam as atuais necessidades da sociedade atual.

Para que a escola cumpra seu papel com êxito é necessário que o poder público invista em espaços físicos e materiais que correspondam as atuais necessidades do aluno. Para isso, a escola precisa dispor de espaço, recursos e profissionais que possibilitem formar cidadãos capazes de pensar e aprender permanentemente. No decorrer do processo de construção do conhecimento o aluno deve incorporar conhecimentos e habilidades que lhe possibilitem obter formação global, que se constitua em alicerce para atender a necessidade de maior e melhor qualificação profissional, assim como a preparação tecnológica e de desenvolvimento de atitudes e disposições para a vida na sociedade em que está inserido.

Um aluno que vive um processo de ensino e aprendizagem de qualidade torna-se apto para desempenhar conhecimentos, capacidades e qualidades que lhe possibilitam a cidadania de forma crítica, consciente e autônoma. Para Freire (2011), só existe ensino quanto este resulta num aprendizado em que o aprendiz se torna capaz de recriar ou fazer o ensinado, ou seja, em que o que foi ensinado foi realmente aprendido pelo aprendiz.

Para analisar o papel da escola na atualidade se faz necessário considerar as mudanças que a sociedade contemporânea tem vivenciado em todos os setores. Uma das mudanças é quanto ao uso exacerbado de novas tecnologias desde a mais tenra idade, os alunos do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental não estão imunes ao uso exagerado de novas mídias e tecnologias. Cada vez torna-se mais

difícil separar a criança do celular, tablete, games e tantas outras opções tecnológicas. Mesmo as crianças com menor poder aquisitivo têm acesso aos recursos tecnológicos.

A escola é uma instituição socialmente construída. As escolas atuam sob o controle do Estado. A escola é uma organização que incorpora opções políticas, ideológicas, culturais e religiosas, a escola abriga indivíduos diferentes com objetivos comuns. A escola não é o único espaço que se aprende e ensina. A aprendizagem ocorre de diversas formas e em vários espaços, no entanto é a escola o local de sistematização do ensino.

As escolas são instituições nas quais ocorre a interação entre pessoas, essas pessoas interagem com o objetivo de visualizar a aprendizagem. A escola tem como principal foco a formação ampla do aluno, é um local que o discente tem a oportunidade de aprender conteúdos e valores que nortearão sua vida em sociedade. A escola difere em muito de outras instituições uma vez que trabalha com valores e bens imateriais.

Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ele acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante. (BRANDÃO, 2007, p.9)

Segundo Brandão, a educação ocorre de formas e em lugares diversificados, a educação escolar não é a única maneira de ensinar e aprender, esses processos ocorrem em todos os espaços de convivência. No seu sentido mais amplo, educação significa o meio em que os hábitos, costumes e valores de uma comunidade são transferidos de uma geração para a geração seguinte. A educação vai se formando através de situações presenciadas e experiências vividas por cada indivíduo ao longo da sua vida.

Para alcançar os objetivos que almeja no exercício da docência, os profissionais da educação utilizam-se da educação formal, uma vez que as ações ocorrem a partir de um planejamento que é executado dentro de uma estrutura organizacional, onde são definidos com clareza os papéis a serem desempenhados pelos profissionais envolvidos.

A escola é uma instituição formal que sofre influências de instituições não formais em alguns momentos e de outras instituições formais em outros. Cada

profissional e aluno que adentram à escola trazem conhecimentos e experiências que se somarão aos das outras pessoas do convívio escolar.

A escola deve ser, portanto um espaço de sociabilidade, voltada para a construção e socialização dos saberes socialmente produzidos, os que pressupõe elaboração de Projetos Político Pedagógico, cuja materialidade decorra do envolvimento de todos os profissionais do ato educativo, imbuídos pela necessidade de se contrapor às orientações neoliberais que visam a constituição de um Estado regulado pelo mercado, valorizador, no interior escolar, da competitividade interindividual.(PARÁ, Secretaria de Estado, 2008, p.21)

De acordo com estudo acima citado, as ações da escola devem buscar entender a bagagem cultural das pessoas. Isso é um bom passo para aceitar inovações ou para repensar práticas pedagógicas uma vez que alunos são seres com múltiplas particularidades. O trabalho que o docente realiza em sala de aula obterá melhores resultados se houver sintonia entre o docente, a direção da escola e os demais funcionários.

Assim, a escola proporcionará uma aprendizagem de melhor qualidade se for administrada baseada em uma gestão democrática, nesse sentido é fundamental o trabalho do diretor que deverá fazer o elo de ligação entre os funcionários, assim como dos funcionários com as famílias e comunidade.

A escola não trabalha em setores isolados, cabe ao gestor viabilizar para que os professores e os demais profissionais disponham de condições favoráveis para executar seu trabalho, assim como cabe a gestão criar condições favoráveis para que os discentes obtenham da escola o que necessitam, ou seja, a aprendizagem.

Dentro da escola, no exercício de sua prática é salutar que o professor sinta-se inserido em uma comunidade de aprendizagem, para isso o professor precisara atuar em harmonia e colaboração com os colegas, interagir com a direção e coordenadores e supervisores, assim como estar a par das políticas públicas direcionadas para a educação.

A escola é o palco de vivência dos profissionais da educação, dos alunos e familiares, é, portanto um espaço coletivo que abriga pessoas distintas com objetivos comuns. Para que a escola cumpra o seu papel de espaço de aprendizagem é necessário que dentro da escola os integrantes das mesmas sintam-se motivados a colaborar com ideias e ações.

Os espaços coletivos, nas escolas, são para discussão do ensino desenvolvido pelos diversos professores - em etapas diferentes da carreira - e, portanto, para explicação e discussão dos conhecimentos profissionais de cada um deles e das formas de utilização de tais conhecimentos em situações específicas de ensino parecem ser fundamentais não apenas para professores iniciantes, mas para a comunidade escolar de forma geral. A criação destes espaços representaria, mas que a criação de um espaço de colaboração entre professores, a possibilidade de reconhecimento público dos conhecimentos profissionais, docentes, inclusive daqueles pertencentes aos principiantes. (NONO, 2011, p.37)

Para Nono, a prática de discussões e análise do trabalho realizado na escola possibilitará que os docentes socializem como organizam e utilizam tais conhecimentos. Os espaços de discussão também viabilizam que os docentes compartilhem com os demais os métodos com os quais obtiveram êxito em questões como as que são enfrentadas quanto à aprendizagem, disciplina, adaptação e tantas outras questões que permeiam o cotidiano escolar.

Quando a escola de fato é o espaço de aprendizagem deve abrir espaço para que os profissionais da direção, das coordenações pedagógicas e docentes interajam de forma que os profissionais possam buscar formas de viabilizar a melhor aprendizagem dos alunos. A escola para potencializar a aprendizagem deve ter momentos para analisar possíveis impasses, dificuldades, obstáculos, desafios e preocupações.

Dentro da escola é necessária a preocupação com os desafios a serem enfrentados pelo professor iniciante, no que se refere ao seu domínio dos conteúdos a serem ministrados, levando em consideração sua adaptação a carreira docente, sua familiarização com a rotina escolar e sua interação com os alunos, familiares de alunos e os demais colegas envolvidos no processo pedagógico.

A escola é o espaço de aprendizagem e, portanto, deve também está preocupada com a atuação dos professores veteranos possibilitando aos mesmos, momentos de renovação dos seus conhecimentos e ainda, a possibilidade de rever suas práticas para identificar o que está dando resultados positivas e o que precisa ser melhorado para atender as necessidades dos alunos.

2.3 ATRIBUIÇÕES E DESAFIOS DOCENTES

A docência exige do profissional, preparo específico para ministrar os conteúdos inerentes as suas séries de atuação, no caso aqui, as séries do primeiro

ao quinto ano do ensino fundamental. O domínio do conteúdo é pré-requisito indispensável pois o aluno adentra ao ambiente escolar para receber aprendizagem formal. No entanto, tão importante quanto transmitir conhecimento, é acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

Assim no exercício da docência é atribuição do professor ensinar, acompanhar e avaliar o processo de aprendizagem. No decorrer do processo de ensino e aprendizagem também é atribuição do professor administrar a sala de aula, transmitir valores, atitudes e normas que alicerçam a convivência social e coletiva.

No exercício da docência é atribuição do professor manter-se inteirado sobre assuntos pertinentes à gestão e a organização escolar. O professor precisa se manter informado para ter condições de contribuir e participar nos processos de tomada de decisões nas inúmeras situações que ocorrem no decorrer do cotidiano escolar, tais como as reuniões, os conselhos de classe as reuniões do conselho escolar, as reuniões com representantes de órgãos e da sociedade organizada.

No exercício da docência, é atribuição do professor produzir conhecimento. O professor está inserido na realidade de diversos alunos e esses alunos por sua vez tem realidades diferenciadas que afetam diretamente sua aprendizagem. Assim é bom que o professor sinta a necessidade e esteja capacitado para elaborar e executar projetos de investigação e também projetos voltados para contribuir com a melhoria da qualidade de vida dos alunos e de membros da comunidade em que a escola está inserida.

Quando começa a compreender o que os estudantes sabem a respeito de objetos e conceitos e percebe o quanto eles diferem em compreensão, seus próprios conceitos serão ampliados com ideias que não lhe tinham ocorrido antes. (PULLIAS e YOUNG, 1972, p.196)

Segundo os autores, para ser mais eficaz, o professor necessita compreender e respeitar esse material com o qual trabalha, isto é, a personalidade humana, incluindo a sua própria, os autores mostram a importância do diálogo entre aluno e professor e ainda ressaltam que o docente é um eterno aluno.

Segundo Libâneo (2007, p.310), o exercício profissional do professor compreende, ao menos, três atribuições: à docência, a atuação na organização e na gestão da escola e a produção de conhecimento pedagógico. Muito se fala das atribuições dos professores, as opiniões nem sempre se harmonizam. Vamos

analisar as atribuições do professor. Vamos refletir as atribuições do professor a partir da postura de facilitador no processo de construção do conhecimento. Vendo sob esse aspecto é possível entender que é atribuição do professor facilitar a aprendizagem, ou seja, contribuir para que o aluno obtenha êxito em superar os obstáculos do processo de aprendizagem.

É atribuição do professor levar o aluno a sempre ampliar seu esforço pessoal, levando em conta as peculiaridades e autonomia do aluno enquanto indivíduo. É preciso levar o aluno a ser responsável dentro do processo de construção e ampliação do conhecimento. É importante que o professor em sua sala de aula oportunize uma atmosfera de convivência harmônica entre os alunos, assim como entre alunos e professor.

É papel de o educador estimular atitudes de respeito mútuo e adotar atitudes que estimulem nos alunos confiança e respeito. Para obter êxito nesses objetivos é necessário que o docente propicie atividades que estimulem a interação entre alunos, para tanto é relevante criar situações que estimulem o trabalho em grupo, a solidariedade e o respeito pelas ideias dos outros colegas. Nesse contexto o docente exerce o papel de mediador da construção do conhecimento, possibilitando ao aluno sentir-se como participante no processo de construção do conhecimento e não mero expectador.

Cabe ao professor estar atento aos conflitos inerentes ao processo e fazer a intervenção necessária para o sucesso da prática pedagógica. De acordo com Turci (2012), ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços de vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar. Para saber fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação.

É essencial que o professor perceba que suas práticas educacionais são produtos históricos e sociais que muitas vezes afloram nas relações que se estabelecem em sala de aula, na forma e no conteúdo que ele passa para os alunos e nos materiais curriculares. É preciso também que o professor sinta que é necessário superar essa situação desumana que se traduz pela forma ideológica de perceber a criança pobre, suas dificuldades e o papel da escola em seu destino. (FRANCHI; 1995, p.37)

Segundo Franchi (1995, p.37), é necessário, enfim enxergar a realidade e chegar ao bom senso que nos revela as falhas que a escola tem de fato no tipo de atividade que se propõe às crianças e na precariedade das condições em que o

professor se forma, trabalha cotidianamente e qualifica-se nesse trabalho.

Uma das grandes atribuições dos professores na educação é manter-se preparado para exercer suas atribuições. Cabe ao professor atuar focado em seus objetivos é necessário que o docente do primeiro ao quinto ano façam planos de aula que objetivem a aprendizagem do aluno de uma forma participativa e com metodologias e procedimentos adequados à faixa etária e as particularidades dos alunos. Além da aplicação dos conteúdos é necessária realizar a avaliação contínua, observando com atenção as dificuldades individuais dos alunos.

Outra atribuição docente é trabalhar em consonância com o projeto político pedagógico da escola. A escola é o ambiente de execução do trabalho docente, na escola o profissional da docência pratica seus métodos e reaprende continuamente a ensinar.

A escola é um ambiente privilegiado de aprendizagem. Nela, o currículo, a formação dos professores, a administração do tempo, do espaço, o material didático estão planejados para ajudar a construir um ambiente de aprendizagem. Ela é muito eficaz para o fim a que se propõe. Bilhões de seres humanos passaram por suas salas, por sua estrutura e pelas práticas de seus mestres e formaram-se cidadãos. Melhores uns, piores outros, mas foi a prática deles que definiu os rumos da sociedade. A escola humanizou os jovens que por ela passaram. (ALMEIDA, 2000, p.60)

O principal alvo de atuação do professor é a ministração de aulas, no entanto o docente participar diretamente da organização do trabalho escolar, ele está inserido em uma equipe de trabalho, na convivência com os integrantes dessa equipe o professor aprende novos saberes e competências, é atribuição do professor, saber trabalhar coletivamente para potencializar a aprendizagem dos alunos.

A organização escolar funciona com base em dois movimentos inter-relacionados: de um lado, a estrutura e a dinâmica organizacional atuam na produção das ideias, dos modos de agir, das práticas profissionais dos professores, de outro, estes são participantes ativos da organização, contribuindo com a definição dos objetivos, com a formulação do projeto pedagógico-curricular, com a atuação nos processos de gestão e de tomadas de decisão. Há, portanto, uma concomitância entre o desenvolvimento profissional e o desenvolvimento organizacional. (LIBÂNEO, 2007, p.307).

É um erro pensar que as atribuições do professor se restringe à sala de aula. Alguns docentes, equivocadamente acreditam que suas atribuições se restringe a

sua sala de aula. Essa visão equivocada pode ser mudada a partir da introdução de práticas de ações coletivas, em que os docentes tenham a oportunidade de compartilhar com colegas de profissão suas experiências, suas metodologias, seus sucessos e suas dificuldades.

É importante que o professor tenha oportunidades de opinar a cerca do projeto pedagógico-curricular e sobre os demais assuntos que fazer parte do cotidiano escolar. Muito se fala sobre as atribuições do professor, pois é este profissional que atua diretamente com o aluno. Sabemos que as verbas destinadas à educação são mal utilizada e os alunos não tem oportunidade de usufruir de fato de uma educação de qualidade o trabalho docente é um fator que contribui para o sucesso do aluno, no entanto tem muitos outros fatores que independem da ação docente.

Quando se fala de verbas destinadas à educação ou mesmo, expressamente, ao investimento humano, a primeira ou única ideia que a muitos ocorre é a do conjunto de dispositivos materiais que formam o ambiente da educação. Mas devemos lembrar que o importante, nesse contexto, é em primeiro lugar o próprio homem, em particular o binômio professor-aluno e, por extensão, esse binômio em relação íntima com a sociedade. (REIS, 2004, p.59).

Segundo Reis (2004, p.59), quando se fala em educação de qualidade logo se pensa nos recursos que são ou deveriam ser aplicados na educação pública no caso das séries do primeiro ao quinto ano, em especial dependem da utilização de diversos recursos didáticos que necessitam de dinheiro para sua aquisição.

Os desafios da docência são constantes no exercício da prática pedagógica, a sala de aula é um lugar de construção e reconstrução do conhecimento, e a aquisição do conhecimento ocorre de forma continua e se modificam de acordo com as circunstâncias. Pessoas diferentes convivem todos os dias e assim, compartilham e assimilam conhecimentos. Assim, é bom pensar que as principais atribuições docentes são: Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. (BRASIL – LDB 9394/96).

Segundo Artigo 37 da 9394/1996, fica claro as incumbências atribuídas ao docente dentro do contexto do funcionamento escolar, neste Artigo se evidencia a preocupação em garantir o cumprimento do calendário escolar. A Lei constitui o professor como o principal responsável pelo ato pedagógico, cabendo a ele conciliar as atividades pertinentes à sala de aula com as atividades extra classe mas que fazem parte do cotidiano escolar. Cabe ao docente viabilizar a articulação entre escola, famílias e sociedade que a escola está inserida.

Dentre os desafios docentes está a necessidade de se manter disposto a contribuir com a escola de maneira ampla, envolvendo-se de forma positiva e participativa nos processos que são inerentes a educação escolar.

O docente está introduzido no cotidiano escolar e, portanto é um membro dessa comunidade e como tal deve participar de reuniões, envolver-se na elaboração do projeto pedagógico curricular, é indispensável que o professor envolva-se com as atividades extraclasse que ocorre no decorrer do ano letivo.

Todos compartilham a ideia que o grande objetivo das escolas é a aprendizagem dos alunos, portanto, o principal desafio é ampliar o nível de aprendizagem dos alunos, esse é o alvo e o maior desafio do profissional da educação de fato, preocupado com uma educação de boa qualidade. A escola é uma comunidade escolar que envolve o trabalho de inúmeros profissionais, no entanto o trabalho do professor na sala de aula com o aluno é a razão de toda organização da escola, o resultado do trabalho do professor com o educando é a mola propulsora do trabalho da gestão, da orientação, dos profissionais de apoio. Assim os professores estão inseridos em todos os aspectos da escola e assim também tem o desafio de sentir-se responsável pelas maneiras de organização e gestão da escola.

As salas de aula fazem parte de um todo maior que é a escola, de modo que tudo aí está muito articulado, em uma relação de dependência recíproca. É desafio do docente está atento às necessidades dos alunos, seu público alvo, e às necessidades da escola, seu ambiente de trabalho, dentro da escola, cada profissional tem sua atribuição e ao mesmo tempo a responsabilidade de contribuir

para que os demais também possam exercer bem o seu papel. Os professores precisam realizar bem seu papel, de maneira que colaborem para o bom funcionamento da escola.

É imprescindível entender que a escola é um corpo e assim cada membro trabalha em parceria com os demais, que juntos atuam em um sistema de organização e gestão, onde é preciso a definição de ações comuns com relação aos discentes, com relação à postura docente na sala de aula, às maneiras de relacionamento com discentes, funcionários, pais e demais membros da comunidade escolar.

O docente se depara com inúmeros desafios no exercício de sua prática pedagógica. Desafios dos mais variados ordens e origens, no ensino fundamental, o público alvo deste trabalho, esses desafios surgem e muitas vezes convertem em problemas disciplinares. A criança reflete com suas ações as experiências a que é submetida nas suas rotinas no seio familiar.

As práticas docentes nas escolas públicas municipais deparam-se “também” com desafios de ordem básica, como no caso da falta de recursos pedagógicos necessários para desenvolver atividades inerentes ao desenvolvimento de uma boa aula.

Vale ressaltar que a maioria dos professores se dispõe a driblar os diversos problemas inclusive, a falta de recursos básicos. Nesse caso o comprometimento com a prática pedagógica se reflete em dedicação e criatividade para ultrapassar os desafios e obter êxito.

O docente atua no espaço escolar e trabalha com os discentes visando que estes consigam assimilar os conteúdos e absorver a importância dos valores do exercício constante da cidadania. Assim dentre os muitos desafios docentes podemos destacar a disponibilização de meios e recursos didáticos que viabilizem a aprendizagem participativa, sensibilizando o discente para a necessidade de agir com ética e cidadania, é desafio docente promover o envolvimento entre os alunos através de ações de participações coletivas, cabe ao docente avaliar e reavaliar suas ações para garantir a aprendizagem dos alunos sob sua responsabilidade pedagógica. O docente deve estar atento as ações de sala de aula e envolver-se positivamente nas atividades da escola em que desenvolve suas atividades profissionais e entender as relações entre espaço escolar, sistema de ensino e a realidade social. Para Freire (2011), ensinar não é meramente transferir

conhecimentos e conteúdos, de acordo com o autor formar é ação pela qual um sujeito criador da forma, alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças, não se reduzem a condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina no aprender.

As escolas funcionam em articulação com o sistema de ensino, as escolas não funcionam independentemente. As escolas não podem isolar-se das diretrizes governamentais e das secretarias de educação. É válido ressaltar que as escolas têm sua autonomia quanto as normas e diretrizes internas de funcionamento, mas é impossível a sobrevivência da escola sem a articulação com o governo uma vez que este viabiliza as verbas necessárias para seu funcionamento. Não é raro os docentes verem seus projetos frustrados em razão da falta de recursos.

Sendo a escola uma instituição social com fins claramente estabelecidos, cabe ao docente por em prática as ações para se atingir os fins para os quais a escola foi instituída. Um dos grandes desafios da docência é desenvolver um trabalho que possibilite o desenvolvimento das potencialidades do discente, entendendo-o como ser complexo que é.

O professor tem a responsabilidade de viabilizar a aprendizagem dos conteúdos e contribuir para que os alunos participem positivamente da sociedade em que estão inseridos.

3 DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE: ANÁLISE NA ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DAS CHAGAS EM ITAITUBA-PARÁ.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho de conclusão de curso fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica foi pautada em livros, artigos e fontes da internet com o enfoque direcionado para os desafios pertinentes ao exercício da prática docente.

A pesquisa bibliográfica é tipo de pesquisa que mais se usa entre os pesquisadores, por ter como fonte quase que exclusivamente os livros, a biblioteca. A pesquisa bibliográfica é fundamental, pois, além de ser autônoma, isto é, independente das outras, serve de base, de alicerce para o fundamento e alcance dos objetivos dos outros tipos de pesquisa. Ela constitui a base também das próprias pesquisas descritiva e experimental. (LEITE, 2008, p.47)

Segundo Leite, a pesquisa bibliográfica é primordial para a realização das demais pesquisas que são inerentes à elaboração do trabalho acadêmico. Essa pesquisa alicerça e potencializa a construção do conhecimento.

Como instrumentos para coleta de dados utilizou-se entrevistas com perguntas abertas, assim como questionários para subsidiar uma amostra de 12 (doze) professores que atuam em turmas do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental na Escola São Francisco das Chagas. Estes professores estão identificados neste estudo como P1 a P12. A pesquisa de campo ocorreu nos meses de Outubro a Novembro de 2018.

A partir das informações elencadas pelos professores da escola foi possível analisar como a educação pública vem se construindo no município de Itaituba-Pará.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DA PESQUISA

A Escola Municipal de Ensino Fundamental São Francisco das Chagas está localizada no Bairro Piracanã, nesta cidade de Itaituba - Pará. Este estabelecimento de ensino foi fundado no dia 15 de dezembro de 1985.

A escola em análise atualmente pertence a esfera pública municipal e ocupa uma área de 2.364 m². Nesta área está construído 2 pavilhões. O primeiro pavilhão com 265 m² e o segundo pavilhão com 306 m².

O estabelecimento de ensino oferta vagas para 882 alunos do primeiro ao nono ano do ensino fundamental e turmas da educação de jovens e adultos (EJA), distribuídos em 11 salas de aulas. No momento do início de suas atividades a direção da escola em responsabilidade de Mailde dos Santos Moura.

Atualmente, a escola está sob a direção de Maria Joaquina da Silva Neta, é composto por núcleo administrativo, por técnicos educacionais, vigias, merendeiras, e o corpo docente é composto de 52 profissionais.

O corpo discente é composto por 882 alunos matriculados em turmas distribuídas em três turnos. No turno da manhã estudam 350 alunos. No turno da tarde estudam 350 alunos, e no turno da noite estudam 182 alunos.

3.3 RESULTADOS DAS PESQUISAS

Analisando o perfil dos doze entrevistados ficou constatado que a idade do público alvo da pesquisa oscila de 28 a 50 anos de idade, desses 2 são homens, 10 são mulheres, que atuam na educação no período de 1 ano e 6 meses a 27 anos. Dentre esses profissionais 10 tem formação superior em pedagogia, 01 tem formação em outra área e 01 não tem formação superior.

Foram questionados ainda sobre: Formação acadêmica dos professores?

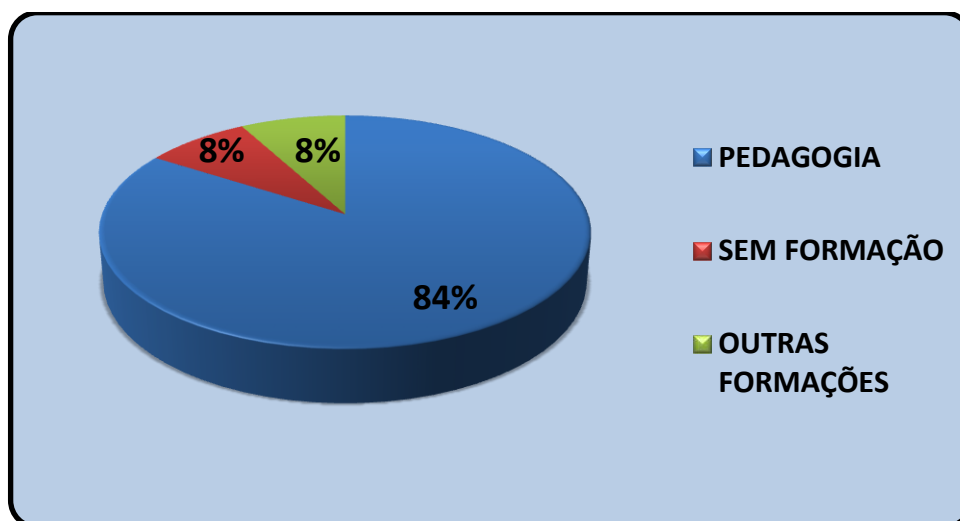


Gráfico 1: Formação acadêmica. **Fonte:** Docentes da Escola Municipal São Francisco das Chagas 2018.

De acordo com os dados obtidos, 84% tem curso superior em pedagogia, 8% não tem formação superior e 8% tem formação superior em outra área. Isso demonstra que neste quesito a educação pública demonstra um avanço significativo uma vez que no passado a maioria dos profissionais que atuavam na educação tinha em sua maioria o antigo curso de magistério que corresponde hoje ao ensino médio.

Perguntou-se sobre: Formação continuada dos entrevistados.

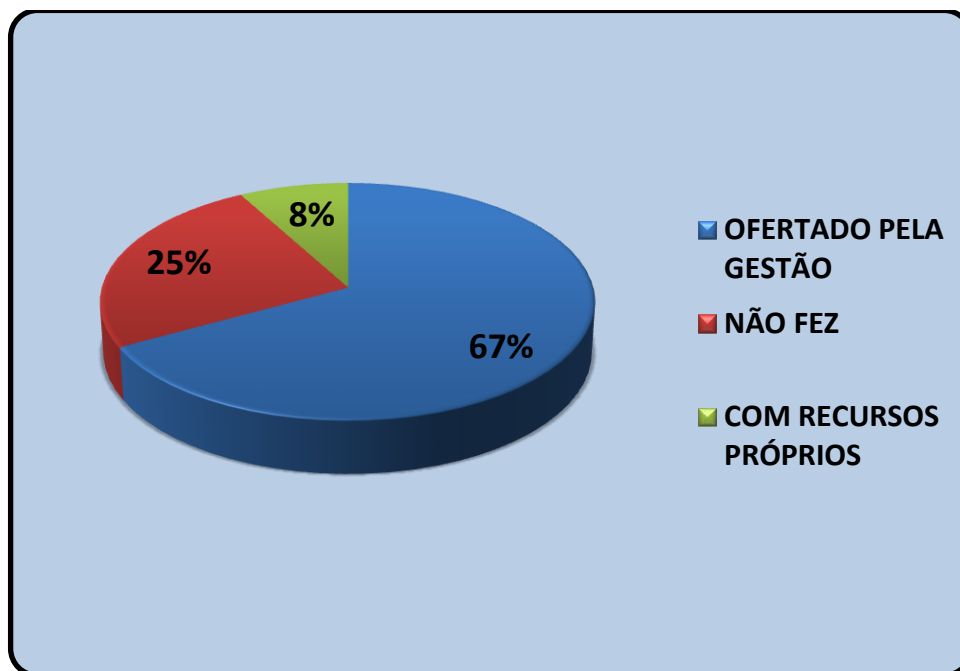


Gráfico 2: Profissionais com cursos de formação continuada. **Fonte:** Docentes da Escola Municipal São Francisco das Chagas 2018.

De acordo com dados obtidos, 67% realizaram cursos de formação continuada através de iniciativas viabilizadas pelo poder público, 8% realizou cursos de formação continuada com recursos próprios e 25% não tem cursos de formação continuada.

A partir desses dados é possível concluir que a maioria dos entrevistados buscou ampliar sua capacitação profissional inserindo-se nos projetos ofertados pela gestão pública e isso com certeza confere a esses profissionais uma realização de suas práticas e com certeza maiores possibilidades de reinventar sua prática docente.

Foi perguntado sobre: Tempo de experiência profissional na docência.

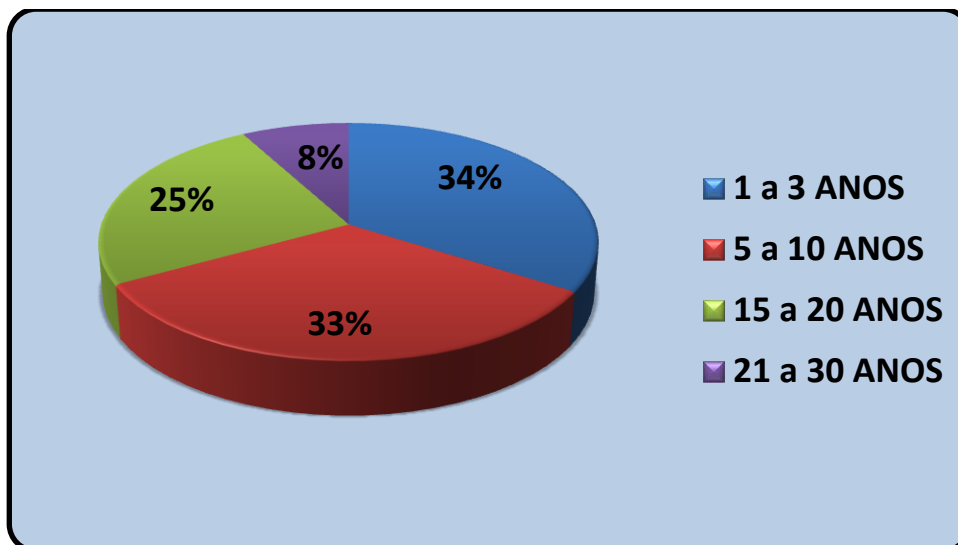


Gráfico 3: Tempo de experiência profissional na docência. **Fonte:** Docentes da Escola Municipal São Francisco das Chagas 2018.

De acordo com dados obtidos, 34% dos entrevistados atuam na docência de 1 a 3 anos, outros 33 % atua de 5 a 10 anos; 25% exerce essa profissão de 15 a 20 anos e apenas 8% está há 27 anos na docência. Como ficou evidenciado no gráfico acima, a grande maioria dos pesquisados tem até dez anos de exercício docente, isso confere a eles experiência profissional e ao mesmo tempo anseio de buscar novas alternativas para superar os desafios que são inerentes à carreira tais como ausência familiar dos discentes e a indisciplina escolar.

Perguntou-se: Como você avalia sua satisfação com a formação em pedagogia?

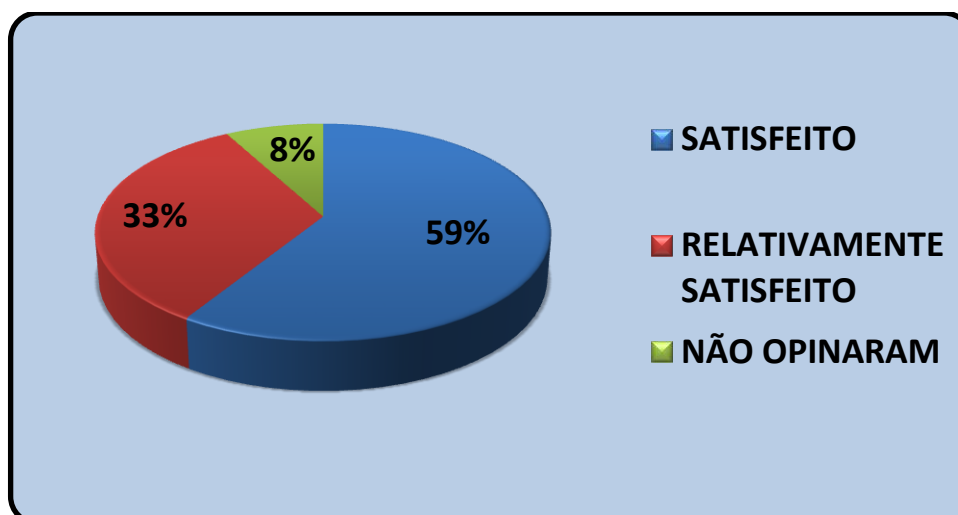


Gráfico 4: Nível de satisfação com a formação em pedagogia. **Fonte:** Docentes da Escola Municipal São Francisco das Chagas 2018.

De acordo com os dados obtidos, 59% declararam-se satisfeitos, 33% afirmaram estar relativamente satisfeitos, 8% dos entrevistados não opinaram sobre a insatisfação com sua formação em pedagogia. A partir desses dados obtidos ficou evidente que a maioria dos profissionais entrevistados está satisfeita com sua formação, através de conversas os profissionais declaram que optaram por cursar pedagogia por identificarem-se com área da educação e isso respalda a satisfação dos pesquisados em relação a sua formação.

Dando continuidade a entrevista perguntou-se: Quais os desafios e as dificuldades encontradas na execução e cumprimento de suas metas?

Quadro 04 - Quais os desafios e as dificuldades encontradas na execução e cumprimento de suas metas. **Fonte:** Docentes da Escola Municipal São Francisco das Chagas 2018

Docentes	Respostas
D1	Todos possíveis, participação da família, disciplina, material didático adequado, ambiente adequado.
D2	Dificuldades tem bastante pois nessa área para se trabalhar temos que gostar do que fazemos por que os desafios são inúmeros.
D3	A falta de materiais pedagógicos
D4	No exato momento só a falta de recursos do material didático pois não possui matérias para ser trabalhado com a aluna surda. A não ser que seja proporcionado.
D5	A ausência da família na vida escolar da criança ou do adolescente. Porque? Porque existe uma grande falta de apoio, no que diz respeito as atividades de casa os trabalhos passados para pesquisar, que muitas vezes temos que trazer para a sala a pesquisa, para ver o trabalho ser feito.
D6	Os desafios são inúmeros pois quem trabalha em escola pública, os recursos são limitados começando da parte pedagógica até o espaço físico.
D7	Um dos desafios é o ambiente que não colabora, para uma boa aprendizagem do aluno.
D8	Interesse dos alunos, presença dos pais e acompanhamento dos mesmos em casa, estrutura das escolas publicas.
D9	O maior desafio e elevar o índice de aprendizagem dos alunos. As escolas públicas não oferecem um espaço para aulas diferenciadas. A maioria não tem laboratório de matemática, informática e física. Até para instalar um data show você esbarra nos defeitos das tomadas. Isso dificulta no alcance de resultados.
D10	As maiores dificuldades são os familiares dos alunos que não acompanha o desempenho dos seus filhos não participa do processo pedagógico da escola não comparece para saber o comportamento, nem o desenvolvimento dos seus filhos.
D11	Um dos maiores desafios e o apoio e presença dos pais na escola
D12	Trabalhar com alunos indisciplinados, desinteressados que acabam prejudicando o trabalho do professor em sala de aula no processo Ensino Aprendizagem

Percebe-se que os professores sentem dificuldades para trabalhar de forma mais satisfatória em decorrência da baixa aprendizagem e alto índice de desinteresse e indisciplina por parte dos alunos. Alguns profissionais atribuem esses desafios a baixa participação dos familiares dos alunos na vida escolar do discente e

ainda a escassez de material didático, o espaço físico que não atende a todas as necessidades dos alunos e professores.

Os professores responderam ainda: Porque você escolheu trabalhar na educação?

Quadro 05: Porque você escolheu trabalhar na educação **Fonte:** Docentes da Escola Municipal São Francisco das Chagas 2018

Docentes	Respostas
D1	Porque, foi minha formação desde o magistério, e também porque gosto do ato de educar.
D2	Por gostar da profissão
D3	Porque foi uma formação que sempre quis trabalhar na área da educação. Este era meu sonho
D4	Porque acredito em uma educação com qualidade
D5	No primeiro momento, a opção de trabalho no município; garimpo e educação, isso a 20 anos atrás. Hoje estou à 25 anos na educação, estou agradecida pela minha realização pessoal e profissional.
D6	Primeiro a necessidade de conseguir emprego depois decidi que a educação transforma a vida e percebi que poderia dar uma parcela de colaboração nessa área.
D7	Porque é uma área que sempre me identifiquei
D8	Porque nosso município não apresenta outras oportunidades de trabalho para o pedagogo se não for na educação. Ex: não temos oportunidade em hospitais, empresas, etc.
D9	Porque sei que tenho aptidão para ensinar e gosto de matemática. Sinto muita satisfação em trabalhar com meus alunos e acho a minha profissão uma atividade desafiadora e linda.
D10	Por gostar da área.
D11	Sempre admirei os educadores e após o início do curso de pedagogia tive a oportunidade de educar, e desde então me sinto prazerosa em estar na sala de aula.
D12	Sempre me identifiquei com a profissão de professor, não me vejo em outra profissão.

De acordo com os relatos, a maioria dos docentes escolheu exercer a profissão por se identificar com a área e por acreditar na importância da educação para melhorar e transformar a realidade. Uma minoria declarou ter optado pela docência por falta de opção no município ou por que visava entrar mais rápido no mercado de trabalho.

Identidade docente é a compreensão que temos de nós mesmos como profissionais. Uma identidade profissional se constrói com base no significado que a profissão tem para cada um, na sua história de vida, no seu modo de situar-se no mundo. Dessa maneira, o profissional que for convidado a abrilhantar um curso relatando suas experiências profissionais agirá como profissional que é: engenheiro, gestor, empreendedor ou outro. Grande parte do corpo docente dos cursos superiores é recrutada entre profissionais da área (GAETA e MASETTO, 2013, p. 15).

De acordo com os autores o professor constrói e reconstrói sua prática docente quando busca por novas alternativas para solucionar os desafios que surgem ao longo de sua experiência no exercício da docência.

Foi perguntado ainda: Em seu trabalho atual como você classifica suas condições de trabalho?

Quadro 06: Em seu trabalho atual como você classifica suas condições de trabalho; renumeração e recursos materiais disponibilizados pela escola. **Fonte:** Docentes da Escola Municipal São Francisco das Chagas 2018.

Docentes	Respostas
D1	Renumeração, precisamos ser mais valorizados Recursos matérias; existe muita carência Obs: A escola não disponibiliza isto é papel do governo, já que a escola é pública.
D2	Na escola que trabalho enfrentamos muitas dificuldades em relação aos recursos, pois a escola não oferece os recursos necessários para uma boa aula. A gente tem que se virar como dar. A renumeração não é de acordo com o trabalho que fazemos.
D3	No meu local de trabalho não tenho muito suporte de materiais pedagógicos. E assim fica as vezes até difícil de transmitir um aprendizado de forma adequada. Mais faço o possível para os meus alunos aprenderem, e assim estou atingindo a minha meta e objetivos
D4	Ótima, pois trabalhos em união, a escola sempre está disponibilizando os recursos e materiais didáticos quando necessário, salário não tenho ao que reclamar pois é pior estar sem ele.
D5	Quanto a renumeração é um desastre, pois quando observamos outros profissionais de outras áreas, ganhando um salário bem além do salário de um professor é triste ver essa desvalorização. Sendo que, somos a mola mestra do desenvolvimento de um país e do planeta. Além disso contamos com poucos recursos; materiais. Não basta só papel e tinta (impressora).
D6	Razoável pois como trabalhamos em escola pública os recursos são limitados.
D7	Os recursos poucos são disponibilizados pela escola, se quiser fazer um bom trabalho tem que ter recursos próprio.
D8	Classifico de forma regular. Não somos valorizados, em relação ao salário. Falta recursos materiais, algumas vezes temos que tirar do nosso “bolso” para comprar algo;
D9	As condições de trabalho são ruins devido a vários fatores. Entre eles as salas de aula com excesso de alunos, muito deles com características de indisciplina; falta de um espaço adequado para trabalhar na hora-atividade, entre outros. A renumeração é baixa se comparada a outras profissões de nível superior. Os recursos materiais oferecidos pela escola são mínimos.
D10	Na verdade regular em todos os sentidos.
D11	Estou a pouco tempo na instituição e foi muito bem recebida pela direção e estou tendo todo apoio necessário pedagógico.
D12	Com relação as condições de trabalho têm melhorando satisfatoriamente, sempre que possível a escola tem disponibilizado materiais pedagógicos, a escola já oferece um espaço adequado para a realização de atividades lúdicas e recreação. Quanto a valorização do trabalhador e renumeração é uma luta constante do trabalhador.

Com relação às condições de trabalho, segundo os entrevistados, houveram uma melhora considerável apesar de estar longe do ideal, a escola já oferece um espaço adequado para as atividades lúdicas e recreação. Quanto a renumeração os

profissionais a qualifica como além de suas expectativas uma vez que a docência exige muita dedicação e investimento constante em qualificação. Em relação aos recursos materiais a escola como as demais escolas públicas não disponibiliza tudo que é necessário e assim o professor adquire os recursos materiais com recursos próprios na maioria das vezes.

Na questão a seguir indagou-se: Quais os desafios precisam ser superados para melhorar a educação.

Quadro 07: Os desafios precisam ser superados para melhorar a educação. **Fonte:** Docentes da Escola Municipal São Francisco das Chagas 2018.

Docentes	Respostas
D1	Se forem resolvidos todos os problemas advindos na baixa participação familiar e poucos recursos materiais assim como a baixa remuneração profissional.
D2	Muitos! Começando pelas estruturas das escolas.
D3	A família mais na escola, é o acompanhamento dos pais no aprendizado de seus filhos.
D4	O comprometimento e o respeito com ser humano. Pois educação com qualidade precisa ser respeitada por todos principalmente nossos governantes.
D5	O desafio seria trazer a família ou responsáveis para a vida escolar de cada criança. Para o incentivo de ir para escola e porque ir para a escola. O diálogo com a criança em casa faz diferença. Assim a criança observa o sentido de caminhar para “Escola”.
D6	Muitos principalmente o apoio da família na escola que é primordial para que haja uma interação entre escola e família.
D7	Primeiro desafio é o prédio da escola, que não contribui para um bom aprendizado.
D8	Poder público olhar com mais carinho para educação; Pais, participarem mais da vida escolar de seus filhos; Os alunos entenderem a importância do estudo; e reconhecer que precisam da educação para ter um futuro melhor.
D9	Os desafios são muitos e difíceis de serem enumerados porque envolvem diversas variáveis. Só para citar alguns deles a qualificação dos professores, uma melhor eficiência nos gastos com a educação e a melhora na educação infantil.
D10	Na minha opinião o professor ser valorizado como um profissional
D11	Primeiramente, precisamos que as famílias eduquem seus filhos a terem respeito pela educação e os educadores e estarem sempre presente na escola.
D12	Acredito que o grande desafio a ser superado é a participação atuante dos pais na vida do educando, o desinteresse de alguns alunos em aprender e a indisciplina na sala de aula.

Alguns docentes afirmaram ser difícil elencar os desafios da educação na vez que envolve o baixo comprometimento dos governantes com a melhor qualificação do profissional, a baixa participação familiar na escola, a inadequação dos espaços físicos, a baixa remuneração salarial dentre muitos outros. Ficou evidente que dentre esses o mais enfatizado foi a ausência dos pais na escola e a indisciplina dos alunos.

Alguns docentes afirmaram ser difícil elencar os desafios da educação na vez que envolve o baixo comprometimento dos governantes com a melhor qualificação do profissional, a baixa participação familiar na escola, a inadequação dos espaços físicos, a baixa remuneração salarial dentre muitos outros. Ficou evidente que dentre esses o mais enfatizado foi a ausência dos pais na escola e a indisciplina dos alunos.

Indagou-se aos professores pesquisados: Como você avalia a aprendizagem e o desenvolvimento dos seus alunos?

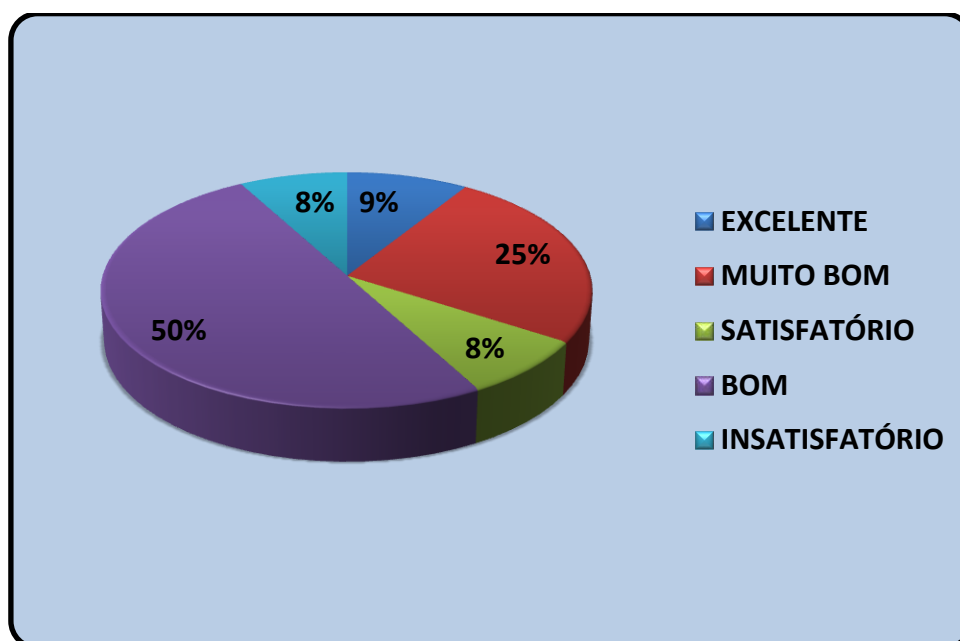


Gráfico 5: Avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento dos alunos.

Fonte: Docentes da Escola Municipal São Francisco das Chagas 2018.

De acordo com os dados obtidos, 9% declaram que classificam essa aprendizagem excelente, 25% muito bom, 8% satisfatório, 50% bom e 8% insatisfatório. A maioria afirmou que avalia a aprendizagem dos alunos como boa e justificam essa resposta no fato de não terem disponível todos os recursos materiais necessários para implementar as aulas, melhores condições de trabalho e maior participação de pais e responsáveis na educação escolar dos alunos.

Ainda foi perguntado aos professores: Os pais e responsáveis são presentes na vida escolar dos seus filhos?

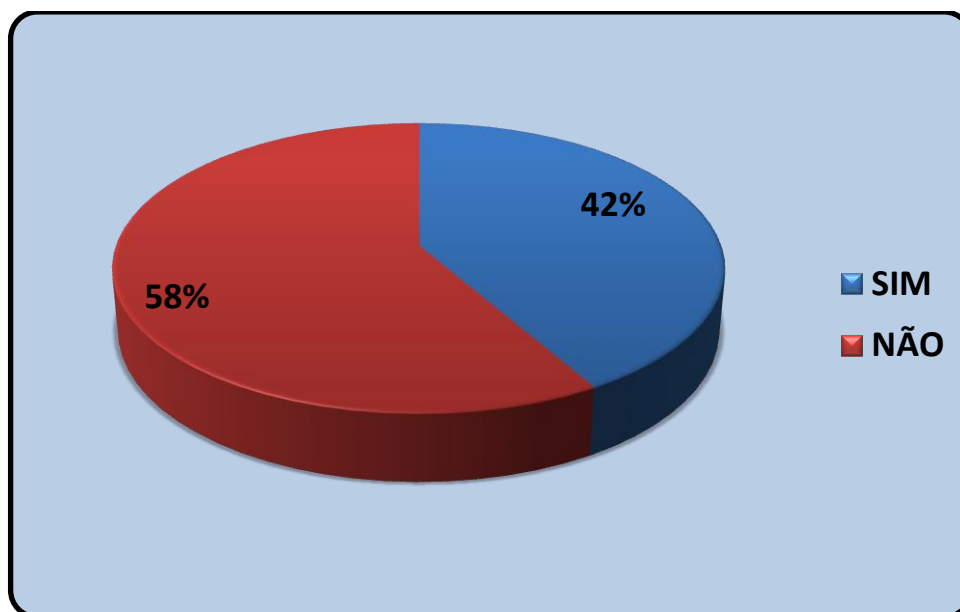


Gráfico 6: Os pais e responsáveis são presentes na vida escolar dos seus filhos.
Fonte: Docentes da Escola Municipal São Francisco das Chagas 2018.

De acordo com os dados obtidos, 58% dos pais e responsáveis não são presentes na vida escolar dos filhos e 42% são presentes na vida escolar dos filhos. A maioria dos entrevistados declarou que os pais e responsáveis não acompanham a vida escolar dos alunos, deixando para a escola toda a responsabilidade o processo de ensino das crianças e adolescentes matriculados neste estabelecimento de ensino.

A educação é uma prática social vinculada às instituições. As transformações da sociedade moderna solidificam o entendimento da educação como fenômeno plurifacetado, ocorrendo em muitos lugares, institucionalizados ou não. Nas várias esferas da sociedade surge a necessidade de disseminação e internalização de saberes e modos de ação, enfatizando o poder pedagógico da interação social, rompendo com o paradigma de que somente nas instituições de ensino há aprendizagem. Nessa perspectiva, o professor se insere num contexto de várias possibilidades de ensino-aprendizagem em sala de aula. (LIMA e NETO, 2017, p. 32)

Segundo Lima e Neto, a escola é o local eficaz para a concretização do saber formal, o que não isenta a família de participar das etapas do ensino e aprendizagem cabe ao professor o papel de viabilizar o processo formal e intermediar os conflitos e desafios inerentes ao processo. A aprendizagem do aluno obterá maior êxito quando a participação da família se fizer contínua.

3.4 PROPOSTAS

De acordo com os professores do primeiro ao quinto ano da Escola São Francisco das Chagas, muitos desafios estão inseridos no cotidiano do exercício docente, dentre os quais vale ressaltar: Indisciplina; Baixo interesse dos alunos; Pouca participação de pais e responsáveis na vida escolar dos alunos; Pouca estrutura das escolas públicas; Escassez de recursos pedagógicos; Condições inadequadas para oferecer ensino de qualidade aos alunos portadores de necessidades especiais; Baixa remuneração salarial.

Vale destacar que o desafio mais frisado pelos pesquisados foi a ausência dos pais e responsáveis na vida escolar dos alunos. Segundo os entrevistados poucos responsáveis comparecem com frequência à escola e acompanha os alunos nas tarefas de casa e isso reflete-se na baixa aprendizagem uma vez que o público-alvo exerce a docência em turmas do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental, fase da vida escolar que o aluno precisa de um acompanhamento efetivo para desenvolver e ampliar suas potencialidades.

Diante das problemáticas observadas no cotidiano escolar da Escola São Francisco das Chagas, ficou claro que muitos são os desafios enfrentados nessa escola, assim como nas demais escolas desse município, entretanto, entende-se que para minimizar ou solucionar os desafios enfrentados pelos profissionais da docência se faz necessário implementar metas e ações como:

- ✓ Elaborar e executar projetos que viabiliza vencer a indisciplina escolar.
- ✓ Criar mecanismo para elevar o interesse dos alunos pela aprendizagem.
- ✓ Incentiva a participação de pais e responsáveis na vida escolar dos alunos através de palestras e ações em conjunto com outras entidades que destaque-se a importância do envolvimento da família com a escola.
- ✓ Cobrar melhoria na estrutura física da escola através de documentos.
- ✓ Busca contínua qualificação profissional.

Diante destas propostas, para que os desafios da docência possam de fato ser superados ou amenizados se faz necessário o real comprometimento do poder público, dos profissionais da educação, dos discentes e suas famílias. A educação é um todo que só ocorre de maneira satisfatória quando todas as partes envolvidas se comprometem.

CONCLUSÃO

Este trabalho analisou os principais desafios enfrentados pelos docentes no exercício de suas atividades. Muitas foram às transformações pelas quais passou a educação brasileira, um dos grandes marcos da educação contemporânea foram as regulamentações educacionais prevista na Lei de Diretrizes e Bases-Sancionada em dezembro de 1996. Esta Lei com certeza tornou-se um marco.

A educação do município de Itaituba está inserida na educação brasileira uma vez que a escolas recebem diretrizes da SEMED e esta por sua vez recebe diretrizes das instâncias superiores a ela na educação. A Escola São Francisco das Chagas está inserida na educação de Itaitubense, é uma escola da rede municipal de ensino que atende alunos do ensino fundamental com turmas de educação regular e educação para jovens e adultos.

Este trabalho delimitou como público alvo de estudo os professores do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental da escola da rede municipal Escola São Francisco das Chagas. A escola em análise é uma das escolas mais antigas do município de Itaituba, nos primeiros anos de sua atuação chegou a ser uma das escolas com maior número de alunos do município. A história desta escola está inserida no contexto histórico do município e muitos dos moradores mais antigos de Itaituba e dos moradores atuais já estudaram neste estabelecimento de ensino.

A escola municipal Escola São Francisco das Chagas, vem passando por diversas transformações e superando diversos desafios inerentes a realidade escolar. Atualmente a escola atende alunos do ensino fundamental regular e alunos das turmas da educação para jovens e adultos.

Constatou-se que na escola pesquisada, os principais desafios relatados pelos docentes são a falta de recursos materiais para motivar a aprendizagem dos alunos do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental; a pouca participação da família na educação dos alunos; a necessidade de permanente qualificação; a ineficiência do poder público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fernando José de. **Projetos e ambientes inovadores**. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. São Paulo, Moderna, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9394/96)**. 20 de dezembro de 1996.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares nacionais para a educação infantil**. Resolução nº5, de 17 de dezembro de 2009. Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**, Brasília: MEC, 1998.

_____. Parecer nº 5/2005. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**. Reladoras: Clélia Brandão Alvarenga Craveiro e Peltronilha Beatriz Gonçalves e Silva.

_____. Decreto-lei n.9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. In: Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, p.27839, 23 de dezembro de 1996.

_____. **Referenciais para formação de professores**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1999.

_____. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia**, licenciatura. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em 12/01/17.

_____. Lei 4024 de 20 de dezembro 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 17 de maio de 2017.

_____. Emenda Constitucional de 1969. **Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm. Acesso em 17 de maio de 2017.

_____. **III Conferência Brasileira de Educação Niterói**, outubro de 1984. Disponível em <http://www.worldcat.org>. Acesso em 15/02/17.

BRZEZINSKI, Iria. **LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares**. 3 ed. São Paulo. Cortez, 2010.

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogos e formação de professores: Busca e movimento**. 9ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo**, Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

CONTRERAS, José. **Autonomia de professores**. Trad: Sandra trabuccoValenzuela. São Paulo: Cortez, 2002.

CORNÉLIO, Alice da Silva. **Educação, docência e gestão _ A pedagogia em debate**. Semana da Pedagogia 2012. Minas Gerais: PUC, 2012.

CORTESÃO, L. **Ser professor: um ofício em risco de extinção**. São Paulo: Cortez, 2002.

CORTELLA, Mario Sergio. **Educação, escola e docência - Novos tempos, novas atitudes**. São Paulo. Editora Cortez, 2014.

DEMO, Pedro. **A Nova LDB, Ranços e Avanços**. Campinas –São Paulo, 16 Edição, Ed. Papirus, 2003.

FONSECA JUNIOR, Fernando Moraes. **Projetos e ambientes inovadores**. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

FRANCHI, Eglê Pontes. **A causa dos professores: Coleção magistério formação e trabalho pedagógico**. Campinas-São Paulo, 1995, Papirus.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 12ª ed. Rio de Janeiro, 1992, Paz e terra.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43 edição. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

GAETA, Cecília; MASETTO, Marcos T. **O Professor Iniciante no Ensino : Aprender, Atuar e Inovar**. Editora Senac. São Paulo, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultural política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 5.ed. São Paulo. Cortez, 2011.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo, Cengage Learning, 2013.

IMBERNÓN, F. **Formação docente profissional**: forma-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2004.

JOSETTE, Jolibert. Transformando a formação docente: uma proposta didática em pesquisa-ação, tradução: Valério Campos – Porto Alegre: Artimédio 2007.

LEITE, Francisco Tarciso. Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros. 3ª edição. Aparecida – São Paulo: Ideias & letras, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. Educação escolar : Políticas, estruturas e organização/ José Carlos LIBÂNEO, João Ferreira de Oliveira: Mirza Seabra Toschi – 4 edição – São Paulo: Cortez, 2007

LIMA e NETO, Silene da Silva e Francisco Raimundo Alves. **Desafios Na Prática Pedagógica Do Docente Iniciante Em Instituições De Ensino**. Disponível em <fameta.edu.br/media/files/35/35_1200.pdf>. Acesso em 23/11/2017.

LIMA, Maria Cristina de Britto. **A educação como Direito Fundamental**. Rio de Janeiro. Editora Lumen Juris, 2003.

MEC. **Pátio Revista Pedagógica**. Ano VIII, nº 31, Agosto/Outubro, Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Temas Transversais: Pluralidade Cultural. Brasília, 1997.

NEVES, Fátima Maria. **O Método Lancasteriano e o Ensino da Ordem e da Disciplina para os Soldados do Império brasileiro**. 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reuniões/30ra/trabalhos/GT02-3119—Int.pdf>>. Acesso em: 24 de maio de 2017.

NONO, Maévi Analbel. **Professores iniciantes**: O papel da escola em sua formação. Porto Alegre: Mediação, 2011.

OLIVEIRA, R.P. de(org). **Política educacional: impasses e alternativas**. São Paulo: Cortez, 1995.

OLIVEIRA, Zenaide Ferreira Fernandes de. **Um olhar sobre a escola**. Brasília:Ministério da Educação, 2000.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3.ed. São Paulo, Ática, 2005.

PÉREZ GÓMEZ,A.I. As Funções Sociais da Escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In GIMENO SACRISTÁN,J; PÉREZ GÓMEZ,A.I. **Compreender e Transformar o Ensino**.4 ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Política de Educação Básica do Estado do Pará**. Belém, 2008.

PIMENTA, S. Garrido. **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectiva**. 2ª ed. SP: Cortez, 2011.

PILETTI, Nelson. **Estrutura e funcionamento do ensino fundamental**. 26ª Ed. SP: Ática, 2009.

PONCE, Branca Jurema. **Um olhar sobre a escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

PULLIAS. Earl V. e Young. James Douglas. **A arte do magistério**. Rio de Janeiro. Zahar, 1972.

REIS, José. **Educação é investimento**. São Paulo. Ibrasa, 2004.

RUSSEFF, Ivan, Mariluce Bittar (organizadores). **Educação infantil política, formação e prática docente**. Educação em movimento. Campo Grande: Plano, 2003.

SACRISTAN, Gimeno. **O Currículo, uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Disciplinas curriculares**. Florianópolis: COGEN, 1998.

SAVIANI, Demerval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. (Coleção Memória da Educação).

SEVERINO, Antonio Joaquim. Preparação técnica e formação ético-política dos professores. In: BARBOSA, Raquel L. Leite, org. **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo UNESP,2003.

SCHÖN, D.A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A.(coord). **Os professores e a sua formação**. Tradução Graça Cunha, Cândida Hespanha, Conceição Afonso e José A.S. Tavares. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SILVA, Maria L.Ramos. **Aspectos sócio-afetivos que interferem na construção da identidade do professor**. Taubaté: SP, Cabral Editora Universitária, 2007.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Indisciplina e disciplina escolar – Fundamentos para o trabalho docente**. Editora Cortez

CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA LTDA

FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

Este questionário tem como finalidade contribuir para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, intitulado: Desafios do trabalho docente: Análise da Escola Municipal São Francisco das Chagas.

QUESTIONÁRIO DO DOCENTE

1. Identificação:

1.1 Nome: _____

1.2 Idade: _____

1.3 Sexo: () masculino () feminino

1.4 Formação acadêmica dos professores? _____

1.5 Cursos de formação continuada: _____

1.6 Tempo de experiência profissional na docência: _____

2. Questões Sobre o Tema

2.1 Como você avalia sua satisfação com a formação em pedagogia?

() satisfeito () relativamente satisfeito () insatisfeito

2.2 Quais os desafios e as dificuldades encontradas na execução e cumprimento de suas metas?

2.3 Porque escolheu trabalhar na educação?

2.4 Em seu trabalho atual como você classifica suas condições de trabalho; renumeração e recursos materiais disponibilizados?

2.5 Que desafios precisam ser superados para melhorar a educação?

2.6 Como você avalia a aprendizagem e o desenvolvimento dos seus alunos?

2.7 Os pais e responsáveis são presentes na vida escolar dos seus alunos?

() Sim

() Não

COMENTE: _____

CONCEIÇÃO, Elizane Souza da.

DESAFIOS DO TRABALHO DOCENTE: Análise da Escola Municipal São Francisco das Chagas, Itaituba-Pará.

Elizane Souza da Conceição.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Faculdade de Itaituba – FAI,
Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, Itaituba- 2017.

Orientador: Profº Dhemesbraene Soares da Silva, Esp.

1. DESAFIOS DO TRABALHO DOCENTE: Análise da escola São Francisco das Chagas